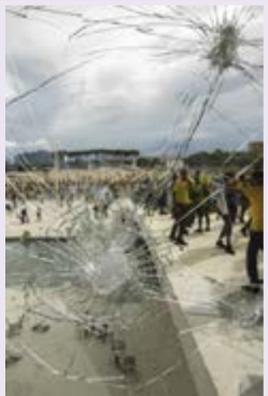


Alexandre de Moraes abre o julgamento

“A impunidade aos golpistas não pode ser opção do país”

Joédson Alves - ABr



Se o golpe se concretizasse, Lula, Alckmin e Moraes estariam todos mortos

O argumento alegado pela defesa dos golpistas de que em “não havendo golpe, não houve crime”, não se sustenta de forma nenhuma. É uma tergiversação dos fascistas depois que serem frustradas suas intenções criminosas. Obviamente, se tivesse havido o golpe de Estado pretendido pelos fascistas, os membros do STF que hoje conduzem o julgamento, estariam presos e alguns deles, inclusive o relator, estariam mortos. **Página 3**

HORA DO POVO
ANO XXXV - Nº 4.016 3 a 9 de Setembro de 2025



1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Moraes deixa claro que o Brasil não se dobrará às chantagens de Trump

O ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito que investiga a tentativa de golpe de Estado arquitetado por Jair Bolsonaro e seus comparsas, iniciou o julgamento histórico do chamado núcleo 1, ou núcleo central dos golpistas, afirmando que a impunidade não pode ser uma opção para o crime de tentativa de abolição da democracia pela força e da implantação de uma ditadura no país. Ele fez uma apresentação aos integrantes da Primeira Turma de uma defesa de todas as decisões tomadas até agora pela relatoria do processo. **Pág. 3**

Juro alto do BC desacelera a economia: PIB varia 0,4%

Bashar Taleb - AFP



Bombardeio criminoso de civis por Israel deixou dezenas de mortos na madrugada do dia 1º de setembro

Israel assassina 89 palestinos em 24 horas na Faixa de Gaza

Genocídio dos palestinos na Faixa de Gaza prosseguiu na terça-feira sangrenta com 89 palestinos mortos, segundo denunciam as autoridades médicas palestinas. Dos assassinados, 48 foram

na cidade de Gaza, a maior da região, que se tornou o alvo principal da sanha de Natanyahu que chamou a aceleração do massacre de “decisão final”. Segundo reporta a rede Al Jazeera,

dos assassinados, 22 palestinos morreram na fila por comida (reduzida a sacos de farinha). Para mostrar a falta de quaisquer limites na chacina de palestinos, cinco crianças morreram enquanto

enchiam galões com água, por míssil lançado por forças de extermínio de Israel na desértica Al Mawasi, na região sul da Faixa de Gaza, e outras 13 crianças morreram de inanição. **Página 6**

O Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro cresceu apenas 0,4% no segundo trimestre deste ano, em relação ao trimestre anterior, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na terça-feira (2). Um período em que a indústria de transformação voltou a apresentar perda de desempenho, ao marcar queda de -0,5% no crescimento, após recuo de 1% no primeiro trimestre de 2025. Assim, a economia registra forte desaceleração no crescimento, quando comparada com os primeiros três meses do ano. **P. 2**

Alckmin abre no México espaço para a venda de carne e aviões

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e a presidente do México, Claudia Sheinbaum, assinaram documento ampliando os acordos vigentes de comércio exterior e investimentos recíprocos. Para o ministro, a missão brasileira cumpriu seu objetivo de aproximar as duas maiores economias e democracias da América Latina. **Pág. 2**

Abimaq: “taxa de investimento do Brasil deveria ser de 25% do PIB”

“O Brasil sofre na última década com uma taxa de investimento muito baixa. O Brasil teria que estar investindo 23% a 25% do PIB”, afirmou o presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), José Velloso. “Hoje nós temos o maior juro real do mundo, uma taxa de 10%, uma Selic de 15% e uma inflação de 5%”, alertou. **Pág. 2**

China, Rússia e a Índia se unem contra prepotência de Washington

Na histórica cúpula dos 24 anos da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), uma cena sintetizou sua mensagem ao mundo de que uma nova ordem mundial está nascendo. A chegada do premiê indiano Narendra Modi e do presidente russo Vladimir Putin, de mãos dadas, até o presidente chinês Xi Jinping, com os três formando, sorridentes, um círculo e, em outro momento, Modi juntando as mãos com Putin e Xi, numa eloquente contrapartida aos ultimatos do governo Trump. **P. 7**

Ato no Clube de Engenharia repudia Trump e Bolsonaro

Parlamentares, organizações da sociedade civil, lideranças sociais e sindicais e intelectuais participaram, na noite da segunda-feira (1), de um ato no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, em defesa da soberania nacional e contra a tentativa de Donald Trump e Jair Bolsonaro de submeter o Brasil aos interesses dos EUA. **Pág. 5**

“PCC, Faria Lima e independência do BC”, por Kliass

Trump quer Bolsonaro porque com ele seria mais fácil esfoliar o Brasil

Com o grupo fascista no poder, o bufão da Casa Branca acha que teria caminho livre para destruir a economia nacional em benefício dos bilionários e dos monopólios americanos

A única coisa que passa pela cabeça do atual ocupante da Casa Branca, o troglodita Donald Trump, é beneficiar as grandes empresas americanas e enriquecer ainda mais os bilionários que regaram sua campanha. Ele não pensa em outra coisa a não ser enriquecer a ele próprio e a essa gente. Ele ataca o mundo inteiro, chantageia, impõe sanções e tarifas e faz ameaças, como se ainda tivesse a mesma força de outrora.

SOBRETAXAS DE 50%

O Brasil é uma de suas vítimas. O país foi atingido duramente com sobretaxas de 50% para os produtos exportados ao mercado americano e sanções absurdas contra autoridades do Poder Judiciário e do Executivo. Trump fez isso porque está de olho nas riquezas do Brasil, nas terras raras, no petróleo, no lítio, no níquel e em todos os outros ativos nacionais. Nem o nosso PIX escapou de seu olho gordo. O bufão está inconformado porque o sistema de pagamento brasileiro é público, gratuito e eficiente e deixou para trás o Visa e Mastercard, empresas americanas que ganhavam bilhões cobrando taxas pelos serviços prestados no Brasil.

Trump acoberta os crimes da família Bolsonaro e tenta fortalecer os exatamente porque ele acha que esse é o melhor caminho para beneficiar os grandes monopólios norte-americanos. Bolsonaro é um serviço seu. Viabilizando Bolsonaro, ele acha que poderá mais facilmente humilhar e esfoliar o Brasil. A única coisa que Trump quer é ampliar o roubo às nossas riquezas e prejudicar o crescimento da economia brasileira. Por isso, e não por outro motivo, ele apoia Jair Bolsonaro.

O atual chefe da Casa Branca não admite que um país como o Brasil cresça e esteja fazendo concorrência aos Estados Unidos no comércio da América do Sul e do mundo. Ele sabe muito bem que Jair Bolsonaro, diferentemente do atual governo, facilitaria muito a humilhação do Brasil.

SUBMISSÃO TOTAL

Mais do que isso. A família Bolsonaro representa a submissão total do Brasil aos interesses dos EUA. Eles farão o que Trump quiser. A família Bolsonaro é o que há de mais corrupto, servil e reacionário dentro do país. Para Trump, enfraquecer Lula e viabilizar Bolsonaro ou alguém de seu bando facilitaria muito o acesso dele às riquezas e aos recursos do país.

Ele sabe muito bem que bajuladores como o chefe dos golpistas, assim como seus seguidores nos estados, ou mesmo o seu filho, Eduardo Bolsonaro, que mora nos EUA, são exatamente o tipo de serviçais que eles precisam dentro do Brasil.

É importante levar em conta que é por isso que Trump ataca o atual governo. Não é por nenhum problema do governo Lula ou de sua equipe. É que o Brasil resiste e o chefe da Casa Branca não admite que o país resista. Simples assim. Trump não quer que o Brasil seja soberano. Ele não quer que o Brasil se transforme num país desenvolvido, forte e com uma pauta vigorosa de exportações. O bufão da Casa Branca quer impedir que o Brasil tenha uma economia moderna e potente e que atrapele os negócios americanos.

É por isso que ele apoia Bolsonaro. Porque com Bolsonaro e seu grupo ele conseguiria bloquear o desenvolvimento brasileiro. É por isso que ele está chantageando a Justiça brasileira pela impunidade dos golpistas e demais criminosos. É para prejudicar o Brasil. O Brasil não pode e não deve cair nessa armadilha.

Continua: <https://horadopovo.com.br/trump-quer-bolsonaro-porque-sabe-que-com-ele-sera-mais-facil-esfoliar-o-brasil/>

Juro alto desacelera economia: PIB varia 0,4% no 2º trimestre



Vice-presidente Geraldo Alckmin e a presidente do México, Claudia Sheinbaum

Alckmin abre espaço para venda de carne e aviões brasileiros ao México

Vice-presidente Geraldo Alckmin, e a presidente Claudia Sheinbaum, assinam documento visando ampliar a parceria entre os dois países

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, e a presidente do México, Claudia Sheinbaum, assinaram documento com o objetivo de ampliar os acordos vigentes de comércio exterior e investimentos recíprocos entre os dois países.

O documento foi assinado nesta quinta-feira (28/8), durante missão comercial brasileira ao México, encabeçada por Geraldo Alckmin.

Para o ministro, a missão brasileira cumpriu seu objetivo de aproximar as duas maiores economias e democracias da América Latina, que alcançaram uma corrente de comércio de US\$ 13,6 bilhões em 2024. “Foi um trabalho bastante amplo e bastante proveitoso. Vou levar ao presidente Lula uma boa notícia de que o Brasil e o México estão mais próximos em benefício das nossas populações e como motor do desenvolvimento da América Latina”, declarou Alckmin.

“Nos últimos dois dias, foram realizadas reuniões altamente produtivas entre autoridades mexicanas e brasileiras e líderes empresariais para fortalecer a cooperação em desenvolvimento científico, econômico e ambiental; também compartilharam experiências na promoção da industrialização”, ressaltou a presidente do México, Claudia Sheinbaum.

Missão brasileira comandada por Geraldo Alckmin em encontro com Claudia Sheinbaum

Segundo o ministério, o comércio entre Brasil e

México é regulado por dois Acordos de Complementação Econômica (ACE): o ACE-55, que abrange produtos automotivos, e o ACE-53, que estabelece redução ou eliminação de tarifas de importação de aproximadamente 800 linhas tarifárias de produtos não automotivos.

“O que nós estamos trabalhando com o México é atualizar, ampliar os acordos de comércio exterior e investimento. Eles têm mais de 20 anos. No caso do ACE-53, ele cobre praticamente 12% do fluxo do comércio bilateral. Uma cobertura pequena. Foi feito um entendimento para discutir a ampliação”, disse Alckmin.

“Conversamos sobre Embraer. Nós temos um pleito do cargueiro KC-390 para a indústria da defesa, e já houve uma compra importante da mexicana de 20 aviões da Embraer – a Embraer tem fábrica no México, tem mais de mil colaboradores no México, produz partes importantes do avião aqui no México”, disse Alckmin a jornalistas após reunião no Palácio Nacional, na capital mexicana.

“Foi uma reunião de trabalho muito proveitosa com a presidente Claudia, com grande parte dos seus ministros e também da nossa comitiva. Assinamos um documento para atualização do acordo de comércio exterior e investimento recíproco, que tem mais de 20 anos e precisa ser atualizado, ampliado. Então, fizemos um cronograma para poder ter mais complementaridade econômica na relação comercial Brasil-México”, afirmou.

Durante a visita ao México, foram realizados encontros com empresários,

parlamentares e representantes do governo mexicano, com a celebração de parcerias em setores estratégicos, como no agro, combustíveis e na indústria, com destaque para a Nova Indústria Brasil, que busca fortalecer a inovação, a sustentabilidade e a produtividade da indústria brasileira, e o Plano México, uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo do país.

Foram firmados dois acordos na área da saúde que vão permitir parcerias para pesquisa e desenvolvimento de vacinas com RNA mensageiro. Além disso, Brasil e México vão modernizar processos regulatórios e ampliar o acesso a tecnologias de saúde seguras e eficazes.

De acordo com o MDIC, foi assinado um memorando que trata de biocombustíveis, com o objetivo de impulsionar um crescimento do setor no México, aproveitando a reconhecida experiência que o Brasil possui na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar.

No agro, a cooperação terá como foco áreas como produção agrícola e pecuária, acompanhamento técnico de pequenos e médios produtores, soberania alimentar, sanidade animal e vegetal, promoção de pesquisa e inovação tecnológica.

Além disso, os dois países também se comprometeram a adequar as legislações sobre a rastreabilidade da carne bovina, sem prejuízo às exportações brasileiras de carne para o México, informou o ministério.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/alcmin-abre-espaco-para-venda-de-carne-e-aviões-brasileiros-ao-mexico/>

Brasil deveria ter taxa de investimento de 25% do PIB, afirma presidente da Abimaq

“Hoje nós temos o maior juro real do mundo, uma taxa de 10%, uma Selic de 15% e uma inflação de 5% , uma taxa de juro muito elevada”, alerta José Velloso, presidente da entidade das indústrias de máquinas e equipamentos

O presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), José Velloso, ao comemorar a linha de crédito de R\$ 12 bilhões anunciada pelo governo Lula para inovação da indústria 4.0, destacou que “o Brasil sofre com uma taxa de investimento muito baixa em relação ao PIB”.

“O Brasil sofre na última década com uma taxa de investimento muito baixa. O Brasil teria que estar investindo 23% a 25% do PIB. Investimentos são máquinas, equipamentos, bens de capital, construção civil, e a taxa de investimento, média, no Brasil está em torno de 17% do PIB”, disse Velloso, em entrevista à CNN no dia 25/8, apontando que um dos motivos para o baixo investimento no Brasil é o custo de capital.

“Hoje nós temos o maior juro real do mundo, uma taxa de

10%, uma Selic de 15% e uma inflação de 5% , uma taxa de juro muito elevada”.

Segundo ele, os 12 bilhões, via BNDES e Finep, com juros mais baixos para inovação tecnológica, vêm em “ótima hora para alavancar os investimentos”.

Na quarta-feira (27), a Abimaq divulgou os dados do setor. A receita de vendas da indústria de máquinas e equipamentos atingiu R\$ 174,5 bilhões no acumulado do ano até julho, 13,9% acima do registrado no mesmo período de 2024.

“No ano (de janeiro a julho) o setor registrou expansão na receita, mas diminuiu a taxa de crescimento de 15,1% em junho de 2025 para 13,9% em julho de 2025. O desempenho de 2025 foi favorecido pela base de comparação fraca, mas também pela ampliação dos investimentos na agricultura e nas áreas



José Velloso da construção civil”, disse a entidade, em nota.

Indústria de transformação e investimentos caem. Famílias reduzem consumo, diz IBGE

O Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro cresceu apenas 0,4% no segundo trimestre deste ano, em relação ao trimestre anterior, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta terça-feira (2). Um período em que a indústria de transformação voltou a apresentar perda de desempenho, ao marcar queda de -0,5% no crescimento, após recuo de 1% no primeiro trimestre de 2025.

Assim, a economia brasileira registra forte desaceleração no crescimento, quando comparada com os primeiros três meses deste ano (alta de 1,3% – dado revisado de 1,4%).

JUROS ALTOS

A gerente do IBGE e coordenadora da pesquisa, Rebeca Palis, ressalta que a economia está respondendo à alta taxa Selic (taxa de juros básica) do Banco Central (BC), atualmente em 15% ao ano, que afeta negativamente e com mais intensidade a produção de bens de capital e construção.

“Era um efeito esperado a partir da política monetária restritiva (alta nos juros) iniciada em setembro do ano passado. As atividades Indústrias de Transformação e Construção, que dependem de crédito, são mais afetadas nesse cenário”, argumenta Palis.

A economista também ressalta que a variação positiva de 0,4% no PIB do segundo trimestre foi puxada “exatamente pelo Serviços – com atividades econômicas que não são tão influenciadas pela política monetária restritiva, e, pelo lado, a demanda e o consumo das famílias pela continuação dos programas de transferência de renda do governo para as famílias e também do dinamismo do mercado de trabalho com a continuação do crescimento do total dos salários recebidos pelas famílias”.

No segundo trimestre de 2025, o PIB, que é a soma do conjunto de todas as riquezas produzidas por um país, a atividade totalizou R\$ 3,2 trilhões – em valores correntes. Um resultado referente a R\$ 2,7 trilhões em Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 431,7 bilhões, aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Porém, a taxa de investimento – relação entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB) – no segundo trimestre de 2025 foi de 16,8% do PIB. Resultado menor que o nível de investimentos observados no primeiro trimestre de 2025 (17,8%), taxa que já era baixa para as necessidades do Brasil, que busca visa a reindustrialização e melhorar as condições de vida do seu povo.

A Formação Bruta de Capital Fixo, que mede os investimentos em máquinas, equipamentos e construção civil, caiu -2,2% ante o primeiro trimestre finalizado em março (3,2%).

Os gastos do governo também caíram -0,6% no segundo trimestre deste ano em comparação com o primeiro trimestre, época em que não houve

crescimento deste indicador (0%). Já o consumo das famílias arrefeceu de 1% para 0,5% na passagem do primeiro para o segundo trimestre deste ano.

Pelo lado da demanda ainda, as Exportações de Bens e Serviços subiram 0,7% no segundo trimestre deste ano, enquanto as Importações de Bens e Serviços caíram 2,9% em relação ao primeiro trimestre de 2025, ambos também em comparação com o trimestre anterior.

Esta forma os dados de investimento e de consumo explicam o baixo desempenho dos principais setores econômicos do país no segundo trimestre.

Pela ótica da produção, a Indústria com um todo cresceu 0,5% no segundo trimestre em comparação com o trimestre imediatamente anterior, puxado pelas indústrias extrativas (5,4%), atividade que corresponde a apenas 4,2% do PIB, em valor adicionado a preços básicos.

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO EM QUEDA

A indústria de transformação registrou queda de -0,5% no trimestre. O principal ramo da indústria, que corresponde a 14,4% do PIB, havia marcado um recuo de 1% no crescimento no trimestre de janeiro a abril deste ano.

Por sua vez, a Construção caiu -0,2% no período, depois de ter ficado -0,6% em baixa no primeiro trimestre. Dentro da indústria, Construção corresponde por 3,6% do PIB,

Já o setor de Serviços, que corresponde à maior fatia do PIB (68,8%), subiu 0,6% no trimestre finalizado em junho, com o Comércio (0%) apresentando estagnação no crescimento. No primeiro trimestre, serviços e comércio haviam variado em alta de 0,4% e de 0,5%, na ordem.

Por fim, a Agropecuária (-0,1%) não mostrou variação significativa ante ao trimestre findo em março deste ano, período que obteve 12,3% de crescimento. O setor pesa 6,5% do PIB.

Em relação ao segundo trimestre de 2024, o PIB avançou 2,2%. Já no semestre e no acumulado em quatro trimestres, o PIB cresceu 2,5% e 3,2%, respectivamente.

A gerente de pesquisa do IBGE destaca que o crescimento do PIB em 2025 vem sendo alavancado pela agropecuária, indústria extrativa e atividade de serviços, ambos com baixa participação no PIB.

“Olhando pela ótica produtiva, no ano, no semestre e no trimestre também, a atividade econômica que mais contribuiu para o crescimento interanual foi a agropecuária, com previsão de recordes nas safras de soja e milho. Dentre as 12 atividades econômicas que a gente olha abertas, foi a atividade econômica que mais contribuiu para esse crescimento interanual. E, juntando com a extrativa mineral, também com o destaque de crescimento nesse trimestre e com os outros serviços, dá 60% do crescimento total interanual da economia, sendo que essas três atividades juntas pesam somente 28% [no PIB], comenta Rebeca Palis.

Produção industrial cai 0,2% em julho, quarta queda seguida

Em julho de 2025, a indústria brasileira marcou o quarto mês consecutivo de queda na sua produção, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quarta-feira (3). Em julho, a produção industrial como um todo recuou -0,2% frente a junho deste ano, mês que não obteve crescimento (0% – dado revisado de -0,1%), acumulando uma perda de 1,5% desde abril.

A indústria de transformação registrou queda de 0,1% na produção. Com o resultado, o ramo que corresponde a mais de 80% da indústria geral, está parada há quatro meses (abril deste ano – queda de -1%; em maio, -0,5%; junho, +0,1%, e julho, -0,1%).

“Em termos conjunturais, destaca-se os efeitos de uma política monetária mais restritiva – que encarece o crédito, eleva a inadimplência e afeta

negativamente as decisões de consumo e investimentos. Esses fatores contribuíram para limitar o ritmo de crescimento da produção industrial no período”, ressalta o gerente da pesquisa, André Macedo.

Mais sensíveis às condições dos juros, a produção de bens de consumo duráveis (-0,5%) e bens de capital (-0,2%) registraram as taxas negativas no mês de julho deste ano. Já bens intermediários (0,5%) e de bens de consumo semi e não duráveis (0,1%) mostraram os resultados positivos no mês.

De acordo com o IBGE ficaram no vermelho 13 das 25 atividades industriais. Metalurgia exerceu o maior impacto, com queda de 2,3%, interrompendo dois meses consecutivos de avanço, quando acumulou ganho de 1,6%.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/producao-industrial-cai-02-em-julho-quarto-mes-seguido-de-queda/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506
Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Moraes, Lula e Alckmin eram os alvos Se o golpe se efetivasse, Lula, Geraldo Alckmin e Moraes estariam mortos

O argumento alegado pela defesa dos golpistas de que em “não havendo golpe, não houve crime”, não se sustenta de forma nenhuma. É uma tergiversação dos fascistas depois que serem frustradas suas intenções criminosas.

Obviamente, se tivesse havido o golpe de Estado pretendido pelos fascistas, os membros do Supremo Tribunal Federal que hoje conduzem o julgamento, estariam presos e alguns deles, inclusive o relator, estariam mortos.

Esse era o plano da sinistra operação “Punhal Verde e Amarelo”, descoberta pela Polícia Federal durante as investigações. O plano, coordenado pelo general Braga Neto, previa a prisão de diversas autoridades e integrantes da oposição além do assassinato do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do seu vice, Geraldo Alckmin e do próprio ministro Alexandre de Moraes.

Se forem levadas em conta as opiniões expressas por Jair Bolsonaro, de que o grande erro da ditadura fascista e antinacional, implantada em 1964, foi não ter matado de 20 a 30 mil pessoas, certamente essa lista descoberta pela PF nas mãos dos golpistas seria muito maior do que apenas as três autoridades citadas.

Se o golpe tivesse sido efetivado, estaria iniciado um período de intensas perseguições políticas à oposição democrática no país. O golpe só não se concretizou porque a sociedade brasileira reagiu fortemente à intenciona.

Além disso, os altos mandos das Forças Armadas, nas figuras do general Freire Gomes, comandante do Exército, e do brigadeiro Baptista Júnior, comandante da Aeronáutica, se posicionaram contra o golpe arquitetado por Jair Bolsonaro. A trama golpista também foi repudiada internacionalmente.

O julgamento que se inicia tem, portanto, um papel didático. Ele deve punir severamente os grupos fascistas que tentaram acabar com a democracia no Brasil. Isso tem importância porque esses elementos ainda estão ativos no país e, com a chegada de outro fascista, Donald Trump, ao poder nos Estados Unidos, os assanhou novamente.

Tanto que Eduardo Bolsonaro, filho do chefe dos golpistas, se deslocou para os EUA com o intuito de conspirar contra o Brasil e instigar o governo americano a agredir o Brasil e promover a ingerência nos assuntos internos do país. Ou seja, ele foi trabalhar por um novo golpe contra a democracia.

Desde que o deputado fujão, Eduardo Bolsonaro, largou seu mandato e se alojou nos Estados Unidos para iniciar o seu trabalho de sapa contra o Brasil e sua economia, Donald Trump tem feito chantagens contra o país na tentativa de livrar os criminosos e propiciar sua volta ao poder no Brasil.

Alexandre de Moraes deixou claro, na abertura do julgamento hora em curso, que o Poder Judiciário não se deixará amedrontar pelas ameaças de um país estrangeiro ou de quem seja e conduzirá o processo com autonomia e determinação.

“Impunidade não pode ser opção ao país”, diz Moraes



Ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito da tentativa de golpe de Estado

Moraes deixa claro que o Brasil não se dobrará às chantagens dos EUA

Na abertura do julgamento de Jair Bolsonaro (PL), o ministro Alexandre de Moraes afirmou que a soberania nacional “não pode, não deve e jamais será vilipendiada, negociada ou extorquida pois é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, previsto na Constituição. Esta Corte sempre será absolutamente inflexível na defesa da soberania nacional, da democracia e da independência do Judiciário”, afirmou. A fala foi uma resposta direta às chantagens do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, à Justiça brasileira.

Moraes também denunciou a atuação de pseudo brasileiros que agiram contra os interesses maiores do país e em conluio com potências estrangeiras interessadas em prejudicar a economia do Brasil e seus trabalhadores. Ele referiu-se a esses tra-

dores da pátria como uma “verdadeira organização criminosa” que, segundo ele, buscou intimidar autoridades brasileiras e até submeter o funcionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) a interesses estrangeiros.

O ministro destacou que essa estrutura teria sido liderada pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente. Ele lembrou que o Brasil chega a 2025 com quase quatro décadas de redemocratização e uma Constituição que, mesmo em meio a crises, sustentou a estabilidade institucional. “Estado Democrático de Direito não significa ausência de conflitos, mas sim respeito à Constituição, à aplicação da lei, com absoluto respeito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório”, afirmou.

Ele frisou que o julgamento em curso é

apenas mais um desdobramento do papel do STF como guardião da Constituição. “Assim como nas 1.630 ações penais apresentadas pela PGR referentes ao 8 de janeiro de 2023 — das quais resultaram 683 condenações, 11 absolvições, 554 acordos de não persecução penal e ainda restam 382 em andamento —, esta Corte seguirá julgando com imparcialidade e rigor técnico”, declarou.

Em tom de recado direto a Trump, Moraes reforçou que o Supremo não se curvará a pressões internacionais. “A história deste STF demonstra que jamais faltou ou faltará coragem a seus membros para repudiar agressões contra a soberania nacional, a democracia, o Estado de Direito ou a independência do Judiciário. Esta Corte vem e continuará realizando sua missão constitucional”, concluiu.

Gonet implacável ao desnudar trama golpista e apontar o “líder”: Bolsonaro

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, ao fazer a leitura das acusações no julgamento dos réus no Supremo Tribunal Federal (STF), na manhã da terça-feira (2), foi implacável no desnudamento e na caracterização da trama golpista, do início, meio e fim, e na identificação de Jair Bolsonaro como “líder” da organização criminosa que conspirou abertamente contra a democracia no país.

Depois da leitura do relatório feita pelo ministro Alexandre de Moraes, Gonet sustentou, com a identificação das provas materiais e testemunhais colhidas ao longo da investigação promovida pela Polícia Federal (PF), as acusações contra o chamado “núcleo crucial” do plano para manter Bolsonaro no poder e não aceitar o resultado das urnas, que deram vitória ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Afrontas acintosas”, “belicistas” e “pervertido” foram alguns dos adjetivos utilizados pelo procurador para descrever as ações que envolveram a trama.

Em sua acusação, o PGR acusou Bolsonaro de liderar uma organização criminosa armada, voltada para minar a democracia brasileira, através de ataques às instituições republicanas, tentativas de golpe de Estado e incentivo a atos antidemocráticos que culminaram no fatídico 8 de janeiro de 2023.

O procurador-geral ressaltou que a sequ-

ência de práticas revelada pela investigação configurou uma “operação antidemocrática ofensiva ao bem jurídico protegido pela Constituição”, conduzida sob a “coordenação, inspiração e determinação” de Jair Bolsonaro.

“Os atos que compõem o panorama espantoso e tenebroso da denúncia são fenômenos de atentado com relevância criminal contra as instituições democráticas. Não podem ser tratados como atos de importância menor, como devaneios utópicos, como aventuras inconscientes, nem como precipitações a serem reduzidas com o passar dos dias a um plano bonachão das curiosidades tão só irrelevantes da vida nacional”, sentenciou Gonet.

O PGR também foi elucidativo ao destacar, na leitura da acusação, que a consumação de uma tentativa de golpe de Estado não depende de uma ordem formal do presidente da República. Disse ele:

“Para que a tentativa se consolide, não é indispensável que haja ordem assinada pelo presidente da República para adoção de medidas estranhas à realidade funcional. A tentativa se revela na prática de atos e de ações dedicadas ao propósito da ruptura das regras constitucionais sobre o exercício do poder, um apelo ao emprego da força bruta, real ou ameaçada”, afirmou a PGR.

Gonet argumentou, ainda, que, enquanto o controle de constitucionalidade pode ser

considerado suficiente para remediar desvios jurídicos, “nenhuma providência jurisdicional, contudo, é de valia contra a usurpação do poder pela força bruta”.

“Se a intenciona vence pela ameaça do poderio armado ou pela sua efetiva utilização, efetivamente não há o que a ordem derruída [derrubada] possa juridicamente contrapor. A defesa da ordem democrática, contudo, acha espaço no direito democrático para se reafirmar, avantejar e dignificar quando o ataque iniciado contra ela não se consuma.”

Segundo ele, o julgamento tem por objeto atos “que hão de ser considerados graves enquanto quisermos manter a vivência de um Estado democrático de direito”.

“Opera como elemento dissuasório contra o ânimo por aventuras golpistas e expõe a tenacidade e a determinação da cidadania pela continuidade da vida pública inspirada no protagonismo dos direitos fundamentais e na constância das escolhas essenciais de modo de convivência política”, afirmou.

“A Constituição dispõe de meios para talar investidas contra ela própria. Punir a tentativa frustrada de ruptura contra a ordem democrática é imperativo de estabilização do próprio regime. Não reprimir criminalmente tentativas dessa ordem recrudescerá impetus de autoritarismo e põe em risco um modelo de vida civilizado”, acrescentou.

Na abertura do julgamento histórico do grupo fascista que tentou impor uma ditadura no país, o ministro rebateu alegações de falta de espaço para a defesa dos criminosos

O ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito que investiga a tentativa de golpe de Estado arquitetado por Jair Bolsonaro e seus comparsas, iniciou o julgamento histórico do chamado núcleo 1, ou núcleo central dos golpistas, afirmando que a impunidade não pode ser uma opção para o crime de tentativa de abolição da democracia pela força e da implantação de uma ditadura no país. Ele fez uma apresentação aos integrantes da Primeira Turma do Supremo de uma defesa de todas as decisões tomadas até agora pela relatoria do processo.

Moraes destacou que o país não poderia aceitar a ruptura democrática e que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem a legitimidade necessária para julgar os criminosos e o faz com toda a transparência e com total liberdade de atuação da defesa. “Nenhuma Corte no mundo conduziu um processo com tanta transparência, com tanto acesso às informações e tanta liberdade de ação das defesas dos réus como o que está sendo conduzido neste processo”, afirmou Moraes.

O ministro-relator ressaltou que todas as provas que constam nos autos foram obtidas por métodos legais e estiveram abertas tanto para a acusação como às defesas dos integrantes da organização criminosa que intentou o golpe. Segundo o ministro Moraes, foram ouvidas durante o processo 52 testemunhas presenciais e mais duas que enviaram seu testemunho por escrito, num total de 54 testemunhos.

O relator rebateu as alegações de que não teria havido liberdade de ação dos defensores ou qualquer cerceamento aos direitos de defesa. “Todos os materiais que compõem o inquérito foram acessados por acusação e defesa de forma equânime”, prosseguiu Moraes. Ele destacou que além da colaboração premiada, o inquérito possui os elementos probatórios sérios e provas que indicam a participação dos acusados nos crimes apontados pelo Procurador-Geral da República (PGR).

FATOS

Pela denúncia do procurador-geral da República, Paulo Gonet, elaborada com base nas investigações da PF (Polícia Federal), Bolsonaro foi o líder da trama golpista, que tinha como objetivo mantê-lo no poder mesmo com derrota na tentativa de reeleição, em 2022.

Segundo a acusação, o plano golpista começou a ser colocado em prática em meados de 2021, quando Bolsonaro orientou o alto escalão do governo comandado por ele, a atacar o sistema eletrônico de votação, de modo a desacreditar o processo eleitoral e criar o clima político e social propício à ruptura democrática.

Ainda segundo o PGR, a tentativa de golpe culminou com o 8 de janeiro de 2023, quando apoiadores e seguidores de

Bolsonaro, que não aceitavam o resultado das eleições, invadiram e depredaram amplamente as sedes dos Três Poderes, em Brasília.

MINUTA GOLPISTA

Entre as provas materiais apresentadas estão, por exemplo, minutas de decreto golpista encontradas em endereços dos investigados, bem como rascunhos de planos como “Luneta”, “Copa 2022” e “Punhal Verde Amarelo”.

O PGR enfatizou que tais planos chegaram a prever, inclusive, o sequestro e assassinato de autoridades ainda em 2022, entre as quais o ministro do STF Alexandre de Moraes, o então presidente eleito Lula (PT) e o vice, Geraldo Alckmin (PSB).

5 CRIMES

Todos os 8 réus do “núcleo 1” foram acusados por 5 crimes:

- 1) organização criminosa armada
- 2) golpe de Estado
- 3) tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito
- 4) dano qualificado
- 5) deterioração de patrimônio tombado

O julgamento final da ação penal contra Bolsonaro foi marcado pouco depois de todas as defesas terem entregado ao Supremo as respectivas alegações finais no caso. O prazo final para a entrega se encerrou na última quarta-feira (13).

DEFESAS

Com a exceção da defesa de Bolsonaro, que chamou o relatório da PGR de “absurda” e “golpe imaginado”, as demais optaram, em geral, por não contestar a existência da trama golpista em si, mas concentraram esforços em desvincular os respectivos clientes de eventual complô, mesmo que fique provada a sua existência.

O resultado dos julgamentos, inclusive com as penas, só deve sair no final de setembro. Desse modo, os acusados, se forem condenados, só devem começar a cumprir, efetivamente, as penas no início de outubro. E pelo tempo mínimo dessas, será em regime fechado.

Todos os advogados pediram a absolvição de todas as acusações.

REUS

Além de Bolsonaro, os outros réus — integrantes do chamado “núcleo 1” ou “núcleo crucial” da trama golpista — são:

- 1) Mauro Cid, ex-adjunto de ordens da Presidência;
- 2) Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência);
- 3) Almir Garnier, ex-comandante da Marinha;
- 4) Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança do Distrito Federal;
- 5) Augusto Heleno, ex-ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional);
- 6) Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; e
- 7) Walter Braga Netto, ex-ministro de Bolsonaro, e candidato à vice na chapa de 2022.

Bolsonaristas tentam arrastar Hugo Motta para a lama com o projeto de lei da impunidade

Sentindo que estão perdendo terreno com o julgamento do núcleo crucial do golpe e que parece irreversível a condenação de Jair Bolsonaro e dos demais golpistas, os seus seguidores na Câmara dos Deputados intensificam os ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e as articulações para tentar aprovar um projeto, que eles chamam de anistia, mas que na verdade é um projeto para anular a condenação aos criminosos e dar impunidade a Jair Bolsonaro.

A movimentação para tentar passar o texto na Câmara inclui a intenção de chantagear e arrastar o presidente da casa, deputado Hugo Motta, no sentido de que ele pautar a votação do projeto.

A medida, considerada desesperada e com pouca chance de vingar, recebeu o

apoio do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que entrou nas negociações. Além disso, o filho de Bolsonaro permanece nos EUA instigando Donald Trump a radicalizar as sanções contra o Brasil.

Segundo interlocutores, Hugo Motta (Republicanos-PB) tem dito a lideranças do governo que, se houver votos e “clima e ambiente”, ele “não vai ter como segurar essa votação da anistia aos golpistas”.

Líderes do centrão acreditam que os votos para aprovar a medida, que exige maioria simples, existem e que Motta estaria apenas buscando o melhor momento para evitar atritos com o STF. Eles estão contando que daqui a duas semanas Hugo Motta coloque em votação essa proposta para livrar os golpistas.

“O3”, no desespero, falsifica matéria do NYT sobre julgamento de Jair Bolsonaro

Quando se imaginava conhecer o limite dos bolsonaristas, o conspirador mor da República, que atende pelo nome de Eduardo, instalado nas imediações da Casa Branca há seis meses para agular ações de Donald Trump contra o Brasil, brinda-nos, agora, com uma nova pérola: a falsificação grosseira da edição do jornal New York Times (NYT) do domingo (31), que tratou do início do julgamento de Jair Bolsonaro e outros sete réus pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o chamado “núcleo” crucial” da trama golpista.

Mais um sinal do desespero que tomou conta das hordas golpistas.

Ao publicar um print na rede X da reportagem traduzida do jornal norte-americano, o “O3” falsificou grosseiramente a edição, inclusive, ao afirmar que “nem mesmo o The News York Times, identificado com a esquerda, consegue esconder os abusos de Moraes”, ignorando e ocultando, deliberadamente, trechos da mesma matéria que

revelam as ações golpistas que foram promovidas sob o comando de Jair Bolsonaro.

O “bananinha”, como é conhecido, distorce a matéria ao registrar um texto que levanta dúvidas sobre a postura no judiciário, esquivando-se de dizer que tais questionamentos partem exatamente dos golpistas, opinião oposta à da maioria da população brasileira, que apoiou a investigação que resultou na denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) e que está sob julgamento no STF.

Além disso, o print falsificado ocultou propositalmente os trechos críticos ao golpismo e de reconhecimento das ações em defesa da democracia.

A grosseria, no entanto, teve vida curta. Alguns internautas, na sequência, reagiram à forma distorcida com que o “O3” tratou a reportagem do NYT, traduzindo corretamente o texto e demonstrando a farsa montada pelo deputado foragido.

Governo de SP transforma escolas e alunos em cobaias de vigilância com IA

APEOESP entrou com ação judicial contra o projeto de Tarcísio e Renato Feder, denunciando a violação da privacidade de estudantes e professores estaduais

A APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) entrou com uma representação no Ministério Público do Estado de São Paulo contra a tentativa do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) de implementar um sistema de vigilância com uso de Inteligência Artificial (IA) nas escolas da rede estadual com o objetivo de espionar os estudantes.

A medida, capitaneada pelo secretário da Educação, Renato Feder, prevê a instalação de câmeras, uso de plataformas digitais e algoritmos para monitorar o comportamento e as reações dos estudantes dentro das salas de aula. Para o sindicato, trata-se de um projeto autoritário, que ameaça direitos fundamentais dos alunos, como a privacidade, a liberdade de expressão e a proteção de dados pessoais.

“A APEOESP vem questionando, juntamente com estudantes, funcionários, pais e outros segmentos da sociedade, a crescente plataforma da Educação pública no Estado de São Paulo, como ferramenta de controle, vigilância, assédio e, também, esvaziamento, direcionamento e comprometimento da qualidade no processo ensino-aprendizagem”, diz a entidade, em nota.

O sindicato denuncia que o governo não detalhou os critérios técnicos, éticos ou pedagógicos da proposta, tampouco apresentou garantias de que as informações coletadas não serão utilizadas para fins indevidos. O sindicato também expressa preocupação com a possibilidade de o sistema ultrapassar os limites do ambiente escolar, ampliando ainda mais a vigilância sobre crianças e adolescentes.

De acordo com o Diário do Centro do Mundo (DCM), que trouxe a informação a público na quarta-feira (27), a denúncia partiu de um ex-auxiliar de uma das escolas envolvidas na iniciativa: a Escola Estadual Deputado Augusto do Amaral, localizada no bairro do Jaguaré, na Zona Oeste da capital paulista. Segundo o DCM, o governo do Estado de São Paulo planeja implantar um sistema de vigilância com uso de inteligência artificial em 11 escolas da rede estadual.

Sob o pretexto de promover o “engajamento” dos estudantes, o Sistema de Autoavaliação de Desenvolvimento Inteligente (SADI) ameaça transformar as salas de aula em verdadeiros laboratórios de vigilância, nos quais cada expressão, movimento e interação é capturado por câmeras e submetido à análise de algoritmos, em uma lógica de controle constante e invasivo.

“O projeto de educação implantado por Tarcísio e Feder utiliza nossos alunos como cobaias de um sistema de plataformas digitais que não tem nenhuma eficácia pedagógica. Não bastasse isso, agora querem estabelecer um sistema de monitoramento em tempo real para controlar e vigiar a comunidade escolar, enquanto empresas lucravam com a venda de dados e equipamentos”, repudia a professora Flávia Biscain, Coordenadora da Subsele Lapa da APEOESP.

Questionada pelo DCM, a Secretária da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) afirmou que se trata de um “projeto piloto, laboratorial, para analisar como os alunos reagem ao uso dessa plataforma”. A pasta não quis divulgar quais são as outras 10 escolas, alegando que “nada foi formalizado contratualmente ainda” e que a ferramenta “conta com a anuência dos professores, dos pais e da gestão escolar”.

A coleta de dados ocorre ao arripio da lei, segundo relato de uma servidora da escola sob vigilância, que justificou o uso da ferramenta como parte de um teste. Conforme contou o ex-funcionário, ao questionar a diretora da escola sobre a resolução pública que autorizaria o uso da ferramenta em sala de aula, ela disse que, por se tratar de um projeto piloto, ainda não havia qualquer legislação que o regulamentasse. Ainda de acordo com o depoimento, a gestora teria sussurrado que “isso não pode sair daqui”, demonstrando preocupação com a divulgação da informação.

“Isso é muito grave e está sendo feito sem nenhuma transparência, pois não foi debatido com a sociedade, nem com a rede de ensino”, diz Flávia. Ela afirma que o dia a dia nas escolas está cada vez mais difícil devido às cobranças e ao assédio para o cumprimento de metas que não têm relação com a educação. “Com

essa lógica neoliberal levada ao extremo, o papel da escola tem sido cada vez mais condicionar comportamentos e não promover ensino e aprendizagem.”

A vigilância também recai sobre os docentes, que são pressionados com base nos resultados fornecidos pela IA. Segundo a fonte ouvida pelo DCM, a diretora repreendeu uma professora cujo “índice de engajamento” estava em 28%, exigindo que ela “corresse atrás para melhorar”.

PRÁTICAS AUTORITÁRIAS

O histórico do secretário Renato Feder à frente da gestão educacional já levanta preocupações desde sua passagem pelo Paraná, onde ocupou o mesmo cargo no primeiro governo Ratinho Júnior. Lá, foi responsável por implementar uma política de plataforma do ensino, semelhante à que agora está aplicando em São Paulo, com ênfase em vigilância, metas e algoritmos. Durante sua gestão, relatos de adoecimento entre os profissionais da educação se multiplicaram, culminando na morte de duas professoras dentro de escolas da rede pública, em contextos associados à sobrecarga, assédio e pressão extrema por resultados.

Além disso, no Paraná, a política de monitoramento e coleta de dados de estudantes e de suas famílias já havia sido denunciada por sindicatos e entidades da sociedade civil, que alertaram para a ausência de transparência, o uso indevido das informações e a lógica de controle social imposta à comunidade escolar. O modelo agora replicado em São Paulo repete práticas autoritárias que ignoram o debate público e os riscos à saúde mental dos trabalhadores da educação.

Em visita à EE Augusto do Amaral, a reportagem do DCM confirmou com a direção que as câmeras já foram instaladas nas salas de aula. A administradora informou que a solicitação partiu da Diretoria de Ensino da Região Centro-Oeste (DECTO), ligada à SEDUC-SP, e não diretamente do Instituto Anexo, que teria contato apenas com instâncias superiores da Secretaria. O tal instituto é o responsável por desenvolver essa experiência “revolucionária”.

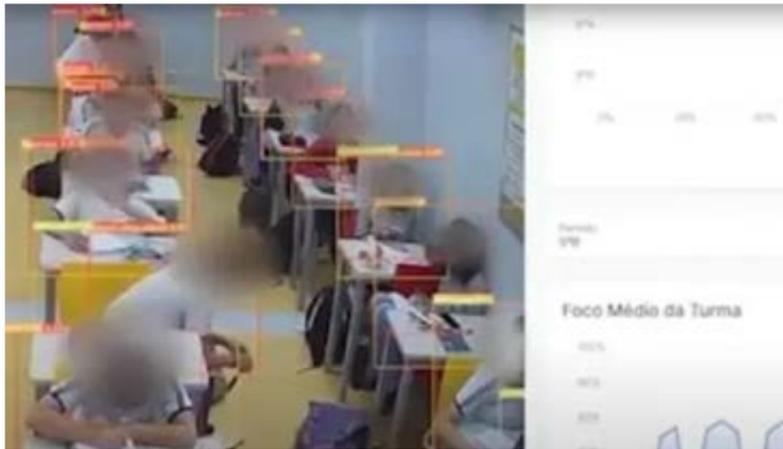
Segundo a publicação eletrônica, nas redes sociais, Wister Alves, fundador do Anexo, vende a iniciativa como a “solução inovadora” para a educação. Já o diretor do instituto, Lúcio Boggian, se apresenta como “especialista em lucratividade de instituições de ensino” e afirma defender “família e Deus no comando” em seu perfil no Instagram. Nele, também publica fotos ao lado de bolsonaristas, como o senador Marcos Pontes (PL-SP), frequentador de eventos da empresa.

Cada sala monitorada possui três câmeras, e a atenção dos alunos é avaliada por um algoritmo que os classifica em verde (atento) ou laranja (desatento). Conforme relato do ex-auxiliar, a diretora da E.E. Deputado Augusto do Amaral teria dito: “Se estiver fora do verde, eu vou atrás do professor”.

O Instituto Anexo se vangloria que o objetivo é identificar talentos e preparar estudantes para o mercado de trabalho. O sistema analisa variáveis como “taxa de engajamento”, “ocupação da sala”, “interação com o professor”, “uso de celular”, “reações físicas”, “movimentação”, “expressões faciais”, “foco visual” e “participação em discussões”. No entanto, nem a escola nem a empresa esclareceram como esses dados são processados.

Para Francisco Antônio Poli, o Chico Poli, presidente da Uedmo (Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo), “novidades” como essas estão longe de ter qualquer compromisso com a qualidade do ensino. “É uma política de venda, não de educação”, resume, ao criticar a lógica comercial por trás da iniciativa.

Ele atribui ao secretário da Educação não apenas essa, mas diversas propostas de viés mercadológico, ressaltando que ele “não entende nada de educação”, já que é um empresário cujo foco está no lucro. Segundo ele, Feder tem utilizado o cargo público para promover interesses comerciais, comprometendo a qualidade do ensino nas escolas estaduais. “O secretário da Educação não entende nada de educação, menos ainda de educação pública básica. Ele é um empresário e faz questão de deixar isso claro”, afirma.



SADI sendo usado em escola com gráfico sobre o “foco médio da turma”

Tarcísio diz que seu “primeiro ato” seria indulto a Bolsonaro

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), reafirmou seu compromisso com o bolsonarismo e a agenda golpista ao declarar que, se chegasse à Presidência da República, a primeira medida de seu governo seria conceder indulto a Jair Bolsonaro (PL).

Em entrevista publicada nesta sexta-feira (29) pelo Diário do Grande ABC, Tarcísio foi taxativo: “Na hora. Primeiro ato. Porque eu acho que tudo isso que está acontecendo é absolutamente desastroso”. O governador também voltou a defender a anistia para os envolvidos nos atos antidemocráticos e ressaltou a importância do Congresso Nacional na construção de uma saída política. Tarcísio ainda cobrou que a Câmara dos Deputados avance no debate sobre a anistia, embora sem citar diretamente o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Além disso, o governador voltou a defender a anistia dos envolvidos nos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro, reforçando

seu sintonia com a ala mais radical da extrema direita. Ele destacou que cabe ao Congresso Nacional “construir uma saída política” e cobrou que a Câmara dos Deputados avance nesse debate — embora tenha evitado citar diretamente o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB).

A declaração ocorre em meio às investigações e processos que atingem Bolsonaro, e confirma a disposição de Tarcísio em proteger seu padrinho político, mesmo diante de uma condenação por tentativa de golpe de Estado.

Bolsonaro enfrenta processos e medidas cautelares. Ele está réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado, organização criminosa, abolição violenta do Estado democrático, dano qualificado e deterioração de patrimônio público, incluindo sua suposta participação em trama apelidada de “Punhal Verde e Amarelo” — que envolveria assassinatos de autoridades como Lula, Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes — e elaboração de um decreto golpista para

envolver os militares.

Bolsonaro sob prisão domiciliar desde 4 de agosto, após descumprir medidas cautelares como o uso de tornozeleira eletrônica, o recolhimento noturno, a proibição de postagens nas redes sociais (inclusive via terceiros), e a retenção de seus celulares. Paralelamente, corre risco de mais de 30 anos de pena — até 43 anos dependendo do painel do STF — por cinco acusações relacionadas ao golpe, ao crime organizado e à tentativa de subversão da ordem democrática.

Recentemente, houve ainda reforço da vigilância policial 24 horas em sua residência, diante de indícios de tentativa de fuga, como um rascunho de pedido de asilo político na Argentina encontrado em seu celular.

Somam-se a isso acusações de corrupção e peculato no caso das joias sauditas — ele foi indiciado por peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro após a Polícia Federal apurar a entrega e venda irregular de joias avaliadas em milhões de reais e o repasse de valores a ele.

Governo entrega certidões de óbito retificadas de Zuzu Angel e outras 20 vítimas da ditadura

Quase cinco décadas depois de ter sido morta em um crime político disfarçado de acidente, a estilista Zuzu Angel teve sua certidão de óbito finalmente corrigida para registrar que sua morte foi causada pela ditadura militar. O documento foi entregue nesta quinta-feira (28) aos familiares durante cerimônia realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em Belo Horizonte.

A solenidade, promovida pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), contemplou 21 vítimas do regime militar (1964-1985), entre mortos em Minas Gerais ou cujas mortes ocorreram no estado.

Zuzu era mãe do militante Stuart Angel Jones, preso, torturado e assassinado na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, em 1971. Ao denunciar a execução do filho no Brasil e no exterior, enfrentou perseguição e ameaças até ser assassinada em 1976, em um suposto acidente de carro no antigo túnel Dois Irmãos, em São Conrado (RJ) — hoje batizado com seu nome. Anos mais tarde, a CEMDP reconheceu oficialmente a responsabilidade de agentes da ditadura em sua morte.

As certidões entregues nesta quinta trazem uma mudança histórica: passam a registrar como causa da morte “não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática à população identificada como dissidente política do regime ditatorial instaurado em 1964”. Também incluem informações como idade, estado civil, CPF, além de data e local aproximados da morte.

O Brasil já havia emitido certidões de óbito de vítimas da ditadura em 1995, duas décadas após o fim do regime, mas sem apontar a verdadeira causa das mortes. A recomen-



Zuzu junto aos filhos Stuart, Hildegard e Ana Cristina

dação de retificação foi feita pela Comissão Nacional da Verdade em 2014.

Para a ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo, a cerimônia simboliza um marco na reconstrução democrática:

“Por meio dos trabalhos da CEMDP, estamos aqui, hoje, um ano após a reabertura dos trabalhos desse colegiado, para dizer que a luta por memória, verdade e justiça vale a pena. Porque vale a pena reconstruir um país em um esforço coletivo de superar o ódio, a ignorância e o desprezo pela vida do outro”, afirmou.

A secretária-executiva do MDHC, Janine Mello, ressaltou o significado político e histórico da medida:

“A entrega dessas certidões de óbito retificadas aos familiares das pessoas dadas como desaparecidas durante a ditadura militar em Minas Gerais não é um ato burocrático. Trata-se do reconhecimento da verdade histórica sobre a causa da morte dessas pessoas: mortes não naturais, violentas, causadas pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática à população identificada como dissidente política do regime ditatorial instaurado em 1964”, declarou.

Segundo o ministério, 202 certidões de óbito deverão ser corrigidas e outros 232

desaparecidos políticos terão direito a documentos inéditos que atestem oficialmente suas mortes. Até o fim do ano, mais de 400 certidões devem ser entregues em diferentes estados.

Ainda de acordo com a ministra, a solenidade marca também um gesto de reparação:

“Aos familiares dessas pessoas dadas como desaparecidas no período da ditadura militar, este é um processo de cura social: finalmente assumir a responsabilidade com a dor dos familiares. O que estamos vivenciando neste momento é um processo de cura que só a agenda dos direitos humanos é capaz de promover. É importante que cada pessoa impactada por esta cerimônia seja mensageira, em seu círculo social, dessa boa nova: a compreensão de que a pauta dos direitos humanos e da cidadania está de pé neste país”, completou Macaé.

Ao todo, estavam aptas a serem entregues 63 certidões de óbito retificadas de pessoas mortas e desaparecidas políticas durante a ditadura militar. Durante o evento, foram entregues somente as certidões aos familiares que puderam estar presentes para recebê-las, mas haverá outras solenidades para a entrega das demais.



Reprodução

Falece aos 86 anos o escritor e cronista Luís Fernando Veríssimo

Faleceu, neste sábado (30), o escritor Luís Fernando Veríssimo, aos 88 anos, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Veríssimo estava internado desde o dia 17 de agosto na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Moinhos de Vento em Porto Alegre (RS), com princípio de pneumonia. O escritor convivia com sequelas de AVC, sofrido em 2021, e da doença de Parkinson.

Com mais de 80 obras publicadas, o gaúcho é um dos mais populares escritores contemporâneos do Brasil, passou a vida escrevendo e fazendo humor através das palavras. Como escritor, cartunista, tradutor, roteirista, dramaturgo e romancista teve como uma das obras mais conhecidas a coletânea “O Melhor das Comédias de Vida Privada” (2004), coletânea que reuniu crônicas inéditas (até aquele momento) e publicadas originalmente em jornais, retratando situações do cotidiano brasileiro com humor e ironia, o consolidou como um dos cronistas mais lidos do país.

Durante a ditadura, Veríssimo fez uso de suas tirinhas em jornais, em especial no Zero Hora, para críticas sociopolíticas através do humor. No livro “O difícil disfarce da dor – humor e memória do terror em Luís Fernando Veríssimo” (Editora Unimontes), fruto de sua tese de doutorado, o professor Carlos Augusto Carneiro Costa destaca a importância de Veríssimo na denúncia da ditadura militar brasileira.

Carneiro Costa analisa quarenta contos e crônicas de Luís Fernando Veríssimo, publicados entre 1975 e 2010, para refletir sobre o humor e sua relação com o terror da ditadura militar brasileira de 1964 em que defende a tese de que as crônicas e os contos de Luís Fernando Veríssimo, que integram o corpus de análise, resultam de uma “ética da representação humorística”.

Nesta “ética”, “ao invés de contribuir para a banalização do sofrimento, tais textos provocam uma espécie de choque e de desvelamento ao explorar, humoristicamente, cenas de violência, levando o leitor a refletir, criticamente, sobre práticas autoritárias que se evidenciam no terror de Estado”, diz Elcio Loureiro Cornelsen Professor Titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no prefácio do livro.

Por essa ótica, revisar Veríssimo talvez nos permita combater o discurso do “era só uma piada” ou de uma liberdade de expressão abstrata que fez com que uma parcela dos humoristas defendessem piadas como as que levou Léo Lins a condenação por violentar quem sofre com a opressão, reforçando o opressor.

LULA LAMENTA MORTE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lamentou, em nota divulgada neste sábado, 30 de agosto, a morte do escritor e jornalista Luís Fernando Veríssimo, aos 88 anos. Em nota, Lula destacou a importância do autor para a literatura e o jornalismo brasileiros e ressaltou sua contribuição na defesa da democracia.

O escritor morreu neste sábado em Porto Alegre (RS). A informação foi confirmada pelo Hospital Moinhos de Vento, onde o escritor, de 88 anos, estava internado. Ele faleceu em decorrência de complicações de uma pneumonia.

O presidente decretou luto oficial de três dias em todo o País pela morte do escritor Luís Fernando Veríssimo. O decreto foi publicado neste sábado (30) em edição extra do Diário Oficial da União.

“Luís Fernando Veríssimo, um dos maiores nomes de nossa literatura e nosso jornalismo, nos deixou hoje aos 88 anos de idade. Dono de múltiplos talentos, cultivou inúmeros leitores em todo o Brasil com suas crônicas, contos, quadrinhos e romances”, escreveu o presidente.

Lula lembrou personagens emblemáticos criados por Veríssimo, como o Analista de Bagé, As Cobras e Ed Mort, e enalteceu o humor ácido e crítico do escritor:

“Sua descrição bem-humorada da sociedade ganhou espaço nas livrarias e na TV, com a Comédia da Vida Privada. E, como poucos, soube usar a ironia para denunciar a ditadura e o autoritarismo; e defender a democracia”, afirmou.

O presidente ainda manifestou solidariedade à família do escritor: “Eu e Janja deixamos o nosso carinho e solidariedade à viúva Lúcia Veríssimo – e a todos os seus familiares.”

Clube de Engenharia: ato repudia ofensivas de Trump e Bolsonaro

Entidades conderam “abomináveis agressões externas à nossa Pátria!” em manifesto

Parlamentares, organizações da sociedade civil, lideranças sociais e sindicais e intelectuais participaram, na noite desta segunda-feira (1), de um ato no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, em defesa da soberania nacional e contra a tentativa de Donald Trump e Jair Bolsonaro de submeter o Brasil aos interesses dos Estados Unidos.

O ato denuncia a pressão de Donald Trump, por meio de taxas contra os produtos brasileiros e sanções contra autoridades, para tentar salvar seu aliado, Jair Bolsonaro, do julgamento que começará na terça-feira (2) no Supremo Tribunal Federal (STF).

Entre os signatários do Manifesto pela Soberania Nacional estão a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), os partidos PT, PCdoB, PSB e PDT. O manifesto foi lido pelo ator Antonio Grassi.

O presidente do Clube de Engenharia, Francis Bogossian, disse que o evento serve para afirmar, “alto e claro, que o Brasil não aceita tutelas, não aceita imposições externas e não abrirá mão do seu direito soberano de decidir o seu destino”.

“Falamos em nos impor restrições, nos colocar de joelhos, em condicionar nossa engenharia e nossa ciência aos interesses de fora. Mas o Brasil é maior que isso. Temos petróleo, temos minérios estratégicos, temos a maior biodiversidade do planeta, temos o povo mais criativo do mundo”, continuou.

Francis ainda comentou que o Brasil tem “engenheiros e cientistas capazes de construir um projeto nacional de desenvolvimento com soberania e justiça social. O Brasil não será colônia de ninguém”.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) discursou no evento e defendeu que os democratas devem recuperar os símbolos nacionais “que foram desapropriados pelos falsos patriotas. É hora da gente se afirmar como nação”.

“A soberania é uma palavra que ficou adormecida. Só falavam em patriotismo os falsos patriotas. O povo falava pouco da pátria, pouco de soberania, pouco de País”, disse.

“Nós precisamos cassar Eduardo Bolsonaro no Congresso”, continuou a deputada. Eduardo Bolsonaro, filho de Jair, abandonou a cadeira de deputado federal para viver nos Estados Unidos conspirando contra o Brasil, lambendo as botas de Trump.

Jandira também defendeu a manutenção do mandato de Glauber Braga (PSol-RJ), que é perseguido pelos bolsonaristas na Câmara. Glauber esteve presente no evento.

Jandira Feghali foi aplaudida de pé por todo o público quando denunciou o genocídio realizado por Israel contra os palestinos. “Querida pedir uma saudação desse plenário à resistência do povo palestino que sofre nesse momento, que precisa se autodeterminar, precisa ficar livre. Precisa acabar o genocídio, acabar as mortes, as bombas”.

Os deputados Benedita da Silva (PT-RJ) e Tarcísio Motta (PSol-RJ) também estavam presentes no ato e denunciaram as tramas golpistas e antipatrióticas.

O ex-ministro José Dirceu destacou a importância de mudar a correlação de forças no Congresso Nacional nas eleições de 2026 e “retomar as ruas” com atos em defesa da soberania e da democracia.

Carlos Lupi, presidente do PDT e ex-ministro da Previdência de Lula, declarou que “nós somos do time de Tiradentes. Eles são do Silvério dos Reis”.

O ex-ministro da Ciência e Tecnologia e ex-presidente

do PSB, Roberto Amaral, falou que somente o povo brasileiro, quando organizado, pode sustentar a soberania brasileira. “Ou voltamos a organizar a população brasileira, ou não adianta falar em soberania”.

João Vicente Goulart, filho do ex-presidente Jango, citou a participação dos Estados Unidos no golpe de 1964, que depôs seu pai. Ele ainda alertou que o País precisa de “soberania energética”. “Soberania é a recuperação da Petrobrás, da BR Distribuidora. Precisamos de um projeto energético para o Brasil e resgatar as empresas públicas”.

A presidente da UNE, Bianca Borges, lembrou que no dia 1 de abril de 1964 a sede da entidade estudantil foi incendiada pelos golpistas. “Nós vivemos mais um momento em que os olhos do mundo estão voltados para as nossas riquezas. E isso exige, mais uma vez, a defesa da soberania como algo inegociável”, disse.

Leia a íntegra do Manifesto pela Soberania Nacional:

A SOBERANIA DO BRASIL NÃO SE NEGOCIA!

Os abaixo assinados, reunidos no dia 1º de Setembro na sede do Clube de Engenharia do Brasil, diante das ameaças que vive nossa Nação, vêm se pronunciar publicamente perante o povo brasileiro.

O Brasil é uma nação forjada em mais de dois séculos de lutas, entre elas a conquista da Independência, a superação da escravidão, a construção da República e a defesa permanente dos direitos trabalhistas e da Democracia. Esses marcos constituem o patrimônio imaterial de nosso povo, que jamais aceitou submissão ou tutelas estrangeiras.

Hoje, essa mesma soberania está sob ameaça. Interesses do governo de uma nação estrangeira buscam impor restrições à nossa economia, interferir em nossas instituições e ditar os rumos do nosso desenvolvimento. Infelizmente, com o incentivo e colaboração de brasileiros, que traem nossa Pátria, em conluio com os agressores externos, atacando a Justiça de seu próprio País.

Trata-se de um ataque grave ao Estado Democrático de Direito e à autodeterminação de nossa Pátria.

Não aceitaremos intimidações, nem ingerências que atentem contra a liberdade do povo brasileiro de decidir seu próprio destino.

Nossa Constituição é clara: o Brasil rege-se pela independência nacional, pela prevalência dos direitos humanos, pela não intervenção e pela igualdade entre as nações.

Exigimos, portanto, o mesmo respeito que oferecemos ao concerto internacional.

Neste momento, em que pressões externas tentam subjugar o Brasil, nós da sociedade civil, entidades representativas, a academia, trabalhadores, intelectuais, estudantes e os brasileiros em geral unimo-nos em um só propósito: defender a soberania nacional como condição para a Democracia, o desenvolvimento e a justiça social. Por isso, eventuais diferenças políticas devem ceder lugar àquilo que nos une: o amor à nossa pátria e a defesa de sua integridade.

Curvar-se a imposições externas é abrir mão do nosso futuro, é negar a possibilidade de uma nação livre, justa e solidária. A soberania do Brasil é inegociável. E sobre ela que repousa o direito de nosso povo construir seu destino com dignidade e independência. Vamos permanecer vigilantes e atuantes como uma assembleia permanente até que cessem essas abomináveis agressões externas à nossa Pátria!

Viva o Brasil!

Viva a Soberania Nacional!



Juro elevado afeta geração de emprego, alerta ministro

O Brasil criou 129.775 postos de trabalho com carteira assinada em julho de 2025, um saldo de 2,25 milhões de contratações contra 2,12 milhões de demissões, uma queda de 32% ante aos 191,4 mil empregos com carteira assinada gerados em julho do ano passado. O saldo de julho deste ano é o pior resultado para o mês desde 2020 (+108.476 postos).

Segundo o ministro Luiz Marinho, a redução das atividades das empresas com a elevada taxa de juros, tem afetado a geração de vagas formais no país. “O tarifaço é um problema, mas a política de juros também é um problema. Precisamos da redução de juros urgentemente, para atividade econômica se manter. O tarifaço é uma questão a ser enfrentada, e está sendo enfrentada, mas a política de juros também precisa ser enfrentada”, afirmou ao divulgar os dados do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) na quarta-feira (27).

“Eu acho que esse é o nosso principal problema, é maior que o tarifaço”, disse o ministro. “O tarifaço é um problema, claro. Mas é evidente que nós estamos trabalhando com toda determinação e implementação do presidente Lula em abrir alguns caminhos [para as exportações]”.

“Um caminho é abrir novos mercados... Há dois anos e meio, abrimos mais de 400 novos mercados, 409 mercados fechados, contabilizados no dia de ontem, em quase 200 países”, comentou Marinho, ao mencionar a viagem oficial do vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin (PSB), ao México, visando ampliar as relações comerciais entre os dois países.

O ministro também ressaltou as medidas anunciadas pelo governo para atenuar os efeitos negativos do tarifaço de Donald Trump aos exportadores brasileiros, como os financiamentos às empresas, que estão condicionados à manutenção dos empregos. “Creio que passaremos por isso, e tenho certeza que o comércio exterior brasileiro sairá mais forte”, afirmou Marinho.

De janeiro a julho deste ano foram gerados 1.347.807 novos vínculos formais, o que representa uma queda de 10,3% na comparação com o mesmo período de 2024, quando foram abertas 1.503.467 vagas com carteira assinada. Esse também é o menor saldo de geração de empregos desde 2023, quando foram abertas 1,17 milhão de vagas formais.

Em julho de 2025, o Novo Caged aponta que foram criados empregos formais nos cinco setores da economia, com Serviços (50.159 postos) mais uma vez liderando na ponta. Em seguida vem o Comércio (27.325 postos); Indústria (24.426 postos – destes 22.834 vieram das Indústrias de transformação); Construção (19.066 postos) e a Agropecuária (8.795 postos).

Em junho de 2025, o Brasil totalizou 48.544.646 vínculos com carteira assinada, o que representa uma variação de +0,27% em relação ao estoque do mês anterior. Deste total, 5.245.233 podem ser considerados não típicos – aprendizes, intermitentes, temporários, contratados por CAEPF e com carga horária até 30 horas.

Conforme o Ministério do Trabalho e do Emprego, ainda, o salário médio de admissão foi de R\$ 2.277,51 em julho deste ano, sendo uma queda real (descontada a inflação) de R\$ -5,64 no salário médio de admissão em relação a junho de 2025 (R\$ 2.283,15). Frente a julho do ano 2024 (R\$ 2.278,58), o salário médio de admissão deste ano também é menor.



Evento lotou o espaço do Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, no dia 1º



TRT proíbe Eletrobrás de reduzir salários em acordos ilegais com trabalhadores

Os trabalhadores da Eletrobrás obtiveram importante vitória no último dia 26, com decisão judicial que proíbe a empresa de prática ilegal de redução salarial dos funcionários.

O Sintergia-RJ (Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região) ganhou a causa contra a Eletrobrás, com a decisão de tutela de urgência proferida pelo TRT da 1ª Região, nesta semana. A Justiça determinou que a Eletrobrás restabeleça os salários originais dos trabalhadores e se abstenha de propor qualquer redução salarial por meio de acordos individuais, sob pena de multa diária e de R\$ 50 mil por empregado abordado ou lesado.

O Sintaema entrou na Justiça após saber, por denúncias de funcionários, que no mês de junho, gerentes da empresa estavam assediando individualmente os trabalhadores com propostas de redução salarial.

O sindicato identificou a prática como ilegal, configurando, inclusive, assédio moral, e ferindo o

Acordo Coletivo de Trabalho vigente, que assegura o enquadramento do empregado na Arquitetura de Carreira e Remuneração.

“A iniciativa além de absurda, é ilegal e entendida pelo sindicato como assédio moral e prática antissindical”, diz a entidade.

De acordo com o Sintaema-RJ, “a decisão judicial reafirma o princípio da irredutibilidade salarial previsto no artigo 7º, inciso VI, da Constituição Federal, segundo o qual qualquer redução de salário só pode ocorrer por meio de negociação coletiva”.

“A redução salarial abala o orçamento e traz instabilidade financeira na vida do empregado”, afirmou o juiz Claudio Olimpio em sua sentença. Ainda segundo a sentença, “normas infraconstitucionais, como o dispositivo da CLT introduzido pela reforma trabalhista de 2017, não podem se sobrepor ao texto constitucional”.

O vice-presidente do Sintaema-RJ e vice-presidente de Energia, Transição Energética e Gás da Federal Nacional dos Urbanitários

(FNU), Emanuel Mendes, destaca que, antes de entrar na Justiça, o sindicato buscou o diálogo, sem resultado. “Exigimos, no mínimo, o cumprimento do Acordo Coletivo assinado entre as partes. Só fomos à Justiça pelo esgotamento da via negocial e pelo direito dos trabalhadores aviltados. Não vamos tolerar assédio moral e prática antissindical. Se for necessário, retornaremos à Justiça para denunciar qualquer tentativa de retaliação”, disse.

O sindicato denuncia que “desde sua privatização, a Eletrobrás já realizou quase 4 mil demissões, ao mesmo tempo em que mantém elevados salários e bonificações a diretores e conselheiros, além da distribuição de dividendos bilionários a acionistas”.

“O Sintergia-RJ, assim como a FNU, reafirmam seu compromisso de defesa intransigente dos direitos da categoria e alerta que acompanhará de perto o cumprimento da decisão, garantindo que nenhum trabalhador seja prejudicado”, afirma a entidade.



HP

CHARGE DO ÉTON



Chapa de Wagner Fajardo lidera 1º turno dos metroviários de SP

Na madrugada do último sábado (29/30), o Sindicato dos Metroviários de São Paulo encerrou o primeiro turno da eleição para a escolha da nova direção da entidade – gestão 2025-2028 –, levando a Chapa Unidade Metroviária ao primeiro lugar da disputa. Como nenhuma das quatro Chapas que disputam a eleição obteve mais de 50% dos votos, o pleito será definido em segundo turno.

A Chapa Unidade Metroviária, liderada por Wagner Fajardo e apoiada pela CTB e CUT, obteve 1.239 votos. A Chapa 2, que representa a atual direção, recebeu 917 votos e também avançou para a etapa decisiva. As Chapas 3 e 4 obtiveram, respectivamente, 892 e 162 votos, ficando fora da disputa.

“Companheiras e companheiros, a Chapa 1 – Unidade Metroviária mostrou sua força nas urnas e venceu o primeiro turno da eleição! Essa vitória é fruto da coragem, da confiança e da luta de cada um e cada uma que acredita num sindicato de verdade, ao lado da categoria. Mas a batalha não terminou: agora é partir com tudo para o 2º turno! Vamos ampliar a mobilização, conquistar mais votos e devolver o sindicato

à base. A história está em nossas mãos!”, afirmou a primeira colocada em nota divulgada logo após a eleição.

Reafirmando que, apesar da vitória expressiva no primeiro turno, a luta continua, a Chapa convocou a categoria: “Quem é contra essa gestão vem pra Chapa 1 mudar o sindicato”.

Para o líder da Chapa 1, Wagner Fajardo, “essa talvez seja a eleição mais importante que estamos realizando na categoria”, destacando o forte ataque ao transporte público pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, com sua política privatista. Atravessamos “um momento muito grave na empresa, de um desmonte muito grande, promovido pelo governo Tarcísio”, denuncia o sindicalista.

De acordo com o sindicato, “todo o processo ocorreu de maneira organizada e sem incidentes”, demonstrando “a participação democrática da categoria na sua entidade sindical”.

Ao todo, votaram 3.273 associados com urnas que correram as diversas áreas e escalas de trabalho, além de urna fixa na sede do Sindicato.

Bélgica diz que reconhecerá Palestina na ONU e aplicará sanções a Israel



Belgas tomam nas ruas de Bruxelas contra o genocídio de Netanyahu

Palestinos que sobreviveram ao bombardeio relatam a noite de terror na cidade de Gaza

As autoridades de saúde de Gaza informam que nesta quarta-feira foram assassinados 89 palestinos e que 304 ficaram feridos. Entre os que perderam a vida, 22 morreram na busca por alimento nas armadilhas da morte.

Os que foram executados simplesmente por buscarem alimento nos postos montados por Israel — após os sionistas expulsarem os postos e agentes da ONU —, já atingem a terrível cifra de 2.339, enquanto são 17.070 feridos por tiros de rifle e tanque nas aglomerações em torno dos postos.

Também somos informados de que nestas 24 horas mais seis palestinos, incluindo uma criança, morreram por inanição provocada por Israel, perfazendo 367 mortos dos quais 131 crianças.

Desde o começo da agressão a Gaza, em outubro de 2023, já foram assassinados 63.746 palestinos e 161.245 ficaram feridos.

Enquanto isso, a situação se agrava no que resta de hospitais em Gaza. Como adverte o doutor Ahmad al-Fara, chefe da Pediatria do hospital Nasser, novos tipos de vírus estão se espalhando na região. Há variantes de Covid e de Influenza, mas a falta de testes e medicamentos torna difícil a detecção e tratamento dos doentes.

O doutor Mohammed Abu Nada, diretor do Centro Médico de Gaza também denuncia que está cada vez mais difícil tratar e diagnosticar as enfermidades e que há 11 mil doentes na região vizinha ao centro sem receber o tratamento necessário.



Bombas incendiárias de Israel em ambulâncias de Gaza

“COMO SOBREVIVEMOS?”

Reproduzimos a seguir os principais trechos de matéria do jornal Haaretz que demonstra o terrorismo de Estado do regime sionista visto por suas vítimas, os “residentes da cidade de Gaza enquanto o exército israelense avança para tomá-la”.

“Ondas de investidas israelenses varreram a noite da cidade de Gaza e vilas vizinhas, de acordo com o plano do governo Netanyahu [que, em referência ao nazismo chamou de ‘decisão final’] de ocupar a totalidade de Gaza.

Quadrícópteros atiravam nas pessoas nas ruas, como se estivessem sendo caçadas. Ninguém sabe para onde ir, disse um dos moradores.

A cidade de Gaza amanheceu nesta quarta-feira com cenas de devastação e incredulidade, depois do que os residentes relataram como uma das noites mais pesadas de bombardeio israelense nas últimas semanas.

Moradores contavam da chuva de bombas sobre tendas, ambulâncias, casas e bairros

inteiros iluminados pelas chamas.

A intensidade do bombardeio foi tanta que muitos amanheceram admirados de terem simplesmente sobrevivido.

O horror desatou na noite de terça-feira, quando as ondas de ataques tiveram início. No bairro de Sheikh Radwan, moradores relataram que drones despejavam bombas incendiárias sobre ambulâncias ao lado de uma clínica, onde famílias em tendas vizinhas também se tornavam alvo. O incêndio teve início em um Mercado próximo, enquanto as famílias em pânico corriam em todas as direções.

“NOITE IMPLACÁVEL”

“Gaza está sendo apagada”, disse Hadi, de 27 anos de Sheikh Radwan.

“Bombas de artilharia por todo canto, mísseis por todo lado, ninguém sabe para onde ir, estamos fugindo para o desconhecido”, prosseguiu o entrevistado.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopoovo.com.br



Milei e irmã retirados às pressas da carreta Em meio ao escândalo de corrupção, Milei é recebido a pedradas durante carreta

O presidente da Argentina, Javier Milei, e sua irmã e secretária-geral da Presidência, Karina, precisaram ser retirados às pressas de uma carreta de campanha na quarta-feira (27) na cidade de Lomas de Zamora, na Grande Buenos Aires, após manifestantes indignados com a corrupção ao estilo motosserra e com os cortes no apoio aos deficientes físicos reagirem com pedras e garrafas de água à declaração dele, aos gritos, da traseira da caminhonete, que “tudo o que ele (Diego Spagnuolo) diz é mentira, vamos levá-lo à justiça e provar que mentiu”.

Segundo o relato do jornal argentino Página 12, a caravana mal percorreu duas quadras quando o caldo entornou, com o presidente e sua comitiva apinhados na caçamba da picape branca fugindo “a toda velocidade para se refugiar na Quinta de Olivos”.

O citado Spagnuolo, a quem são atribuídos os áudios da corrupção que chocam o país, advogado pessoal de Milei e por ele nomeado diretor da Andis, está sob investigação da justiça e proibido de deixar o país. O deputado José Luis Espert, um dos principais candidatos do La Libertad Avanza nas eleições legislativas de outubro, achou melhor se escafar por conta própria, o que fez de moto e sem capacete. Segundo um porta-voz do governo argentino, ninguém se feriu.

O governo — acrescentou o Página 12 —, que incita constantemente a violência física e simbólica — aliás, o slogan de Espert é “cadeia ou bala” — e repete frases como “esquerdistas vão fugir” como um mantra, imediatamente reclamou da violência, e pessoas próximas ao presidente chegaram a chamá-la de “tentativa de assassinato”. “Como já é costume, eles também culpam o ‘kirchnerismo’ pelos ultrajes, sem apresentar nenhuma prova.”

Quarta-feira é o dia em que tradicionalmente os aposentados vão às ruas na Argentina protestar contra o arrocho decretado por Milei e a irmã de Milei, Karina, é o pivô do escândalo da corrupção na Andis, a Agência Nacional da Pessoa com Deficiência, com fornecedores pagando até 8% do contrato, conforme os áudios vazados. A parte de Karina seria de 3%.

Dezenas de pessoas com deficiência e suas famílias também se mobilizaram pacificamente, acrescentou o diário argentino. “María, por exemplo, é mãe de uma criança com deficiência e relatou às câmeras de televisão sobre este governo: ‘Eles estão roubando os mais necessitados e as pessoas com deficiência que menos têm. Não estão fornecendo remédios nem fraldas, e não temos condições nem de pagar a terapia dos nossos filhos.’ Com a voz embargada, ela continuou: O presidente havia dito que esfaquearia qualquer um que colocasse a mão na massa, mas agora está apoiando o que a irmã dele fez.”

O LLA asseverou que as ruas estavam “tingidas de violeta [a cor do partido da motosserra] em uma demonstração de apoio ao projeto libertário na província de Buenos Aires” e culpou o “kirchnerismo” por “insultar e tentar atacar aqueles que expressavam seu apoio ao fim do empobrecimento do modelo kirchnerista.” Um dirigente libertário inclusive publicou uma foto em que se via uma pedra voando atrás de Milei.

Segundo Raquel, mãe de uma menina com deficiência que estava presente na caravana, os próprios policiais foram os que provocaram a violência, registrou o Página 12. “Do alto do veículo, gritaram ‘preto de merda’ para nós”, declarou ela no rádio, acrescentando: “Gritaram ‘preto de merda’ para a minha mãe só por causa da cor dela.” Ela também esclareceu que isso não se enquadrava no contexto de nenhum partido político: “Ninguém nos mandou”, acrescentou.

Horas antes do início da caravana, o prefeito de Lomas de Zamora, Federico Otermín, escreveu um comunicado no qual observou que Milei nunca havia visitado o município desde que assumiu o cargo. “Nada é mais casto do que aparecer para uma sessão de fotos poucos dias antes das eleições”, enfatizou. Em seguida, reclamou que a caravana “bloqueava a Avenida Yrigoyen (uma das mais movimentadas da Grande Buenos Aires) em um dia de semana e em um horário específico” e pediu que, além dos apelos para condenar a visita do presidente, “a mensagem fosse de paz e respeito à democracia”. Por fim, acrescentou: “Que todos se expressem com calma e sem qualquer forma de violência”.

GRANDE INDIGNAÇÃO

Após o evento, Otermín disse que condenou “enfaticamente” a violência e esclareceu que a prefeitura já estava preocupada com antecedência, pois houve convocações de mobilização de associações de deficientes e de aposentados na Plaza de Lomas, que “estavam muito indignados”. No entanto, esclareceu que “aquele protesto ocorreu, mas longe de onde ocorreram os distúrbios, porque a comitiva presidencial não chegou à praça onde estava”, explicou.

O escândalo do propinadato da Andis sob comando da própria irmã de Milei tem tido uma repercussão ainda maior na medida em que em julho, quando o Senado aprovou por iniciativa da oposição, aumentos nas aposentadorias e em pensões para pessoas com deficiência, Milei alegou que a medida “comprometeria o equilíbrio fiscal” e até rompeu com sua vice, Victoria Villarruel, que na institucionalidade argentina é quem preside o Senado.

No início de agosto, Milei vetou os aumentos aprovados, mas a Câmara derrubou o veto sobre os fundos para pessoas com deficiência, embora haja mantido a revogação presidencial em relação às aposentadorias. Questão ainda pendente de decisão final do Senado.

Os áudios da corrupção vazados também mencionam o subsecretário de Gestão Institucional do governo, Eduardo “Lule” Menem, no comando do esquema e entre os investigados há personagens ligados ao ex-presidente Maurício Macri. Na outra ponta, os donos da empresa Suizo Argentina, cujos contratos com a Andis em um ano foram multiplicados de US\$ 3 milhões para US\$ 80 milhões.

“Estão roubando, você pode fingir que não sabe, mas não jogue esse problema para mim, tenho todos os WhatsApps de Karina”, diz um dos áudios atribuídos a Spagnuolo e divulgados pela imprensa local, caracterizando que o problema foi levado ao próprio Milei, mas “nada” foi “consertado”.

EUA nega vistos à delegação da Autoridade Palestina para participar da Assembleia da ONU

A revogação dos vistos ao presidente palestino e a demais da delegação palestina, segundo as agências de notícias, uma medida que viola o tratado que fez de Nova Iorque a sede da ONU e que tenta dificultar a discussão, pelo órgão, como planejado, da Solução dos Dois Estados, frente ao genocídio em curso em Gaza e fome generalizada imposta por bloqueio de Israel.

A Associated Press, um funcionário do Departamento de Estado, sob condição de anonimato — as questões de vistos normalmente são confidenciais —, revelou que Abbas e outras autoridades da Autoridade Palestina estão entre os afetados. A negação de vistos também atinge a Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

A Autoridade Palestina denunciou a retirada de vistos como uma violação dos compromissos dos EUA como país anfitrião das Nações Unidas e instou o Departamento de Estado a reverter sua decisão.

Em um comunicado, a Autoridade Palestina afirmou que “expressou seu profundo pesar e surpresa” com a decisão sobre o visto, que “contraria o direito internacional e o Acordo de Sede, especialmente porque o Estado da Palestina é um membro observador das Nações Unidas”.

O porta-voz da ONU, Stéphane Dujarric, afirmou que o organismo mundial buscará esclarecimentos junto ao Departamento de Estado.

“Obviamente, esperamos que isso seja resolvido”, disse ele. “É importante que todos



Palestino Abbas fala à Assembleia Geral da ONU

os Estados-membros e observadores permanentes possam ser representados.”

O embaixador palestino na ONU, Riyad Mansour, disse a repórteres na sexta-feira que Abbas planejava liderar a delegação às reuniões da ONU e que deveria discursar na Assembleia Geral — como faz há muitos anos.

Ele também deveria participar de uma reunião de alto nível co-presidida pela França e pela Arábia Saudita em 22 de setembro sobre uma solução de dois Estados, que prevê que Israel conviva lado a lado com uma Palestina independente.

Já a revogação de vistos foi executada sob a cínica alegação de que são os palestinos que sabotam a paz.

Ainda mais absurda é a garantia dos vistos à delegação israelense, quando é Israel que está sob investigação da Corte Internacional de Justiça, a pedido da África do Sul, por genocídio, o Tribunal Penal

Internacional emitiu mandato de prisão contra o primeiro-ministro Netanyahu, passados de 63 mil os palestinos mortos pelas tropas israelenses, Tel Aviv bloqueou por meses a entrada de sequer uma grama de comida depois de romper o cessar-fogo, com a ONU decretando a existência de fome catastrófica em Gaza.

Segundo a declaração de Rubio, “é do nosso interesse de segurança nacional responsabilizar a OLP e a ANP por não cumprirem seus compromissos e por minar as perspectivas de paz”, em óbvio endosso das genocidas israelenses, o que se soma ao fornecimento, pelos EUA, das bombas e mísseis que Tel Aviv usa em seus crimes de guerra.

De acordo com o fascista de plantão em Washington, ao apelar à Corte Internacional de Justiça e ao Tribunal Penal Internacional a Autoridade Palestina estaria “tentando contornar as negociações”.

Ministro do Exterior belga declara que as medidas derivam da “tragédia humanitária” que Israel fomenta em Gaza, violando o direito internacional

O ministro das Relações Exteriores da Bélgica, Maxime Prévot, disse nesta terça-feira, que neste mesmo mês de setembro, que o governo belga irá reconhecer o Estado Palestino na Assembleia Geral das Nações Unidas.

“A luz da tragédia humanitária que se desenrola na Palestina, particularmente em Gaza, e em resposta à violência perpetrada por Israel em violação do direito internacional”, disse Prévot.

Eles se somam à Austrália, Reino Unido, Canadá, França e Austrália em um movimento simbólico de reconhecimento do Estado da Palestina na próxima reunião da Assembleia da ONU, como forma para pressionar Israel. Outros 147 países, incluindo o Brasil, já reconheceram a Palestina.

APARTHEID ISOLADO

O Estado de apartheid israelense, confrontado pelos seus atos de genocídio, crimes de guerra e limpeza étnica se encontra em crescente isolamento do resto do mundo.

“Os países europeus hipócritas que estão sendo manipulados pelo Hamas, no final, eles descobrirão o terrorismo em sua própria carne,” ameaçou o fascista fanático Ben Gvir, ministro da Segurança Nacional israelense, que agora se volta contra os próprios cidadãos do país ameaçando proibir manifestações contra a guerra que crescem nas ruas de Tel Aviv, Jerusalém, Haifa e Beer Sheva.

O ministério belga também pediu que outros países “iniciem rapidamente esse reconhecimento, intensifiquem os esforços práticos para

impedir os crimes de genocídio, deslocamento, fome e anexação e abra um caminho político real para resolver o conflito e acabar com a ocupação israelense das terras do Estado da Palestina.”

Sobre as sanções, Prévot disse que “sanções firmes” serão impostas contra o governo de Israel. Os belgas irão proibir importações de produtos produzidos em assentamentos ilegais, eles irão fazer “uma revisão das políticas de compras públicas com empresas israelenses” e restrições ao acesso ao consulado belga para cidadãos que vivem em assentamentos ilegais.

MASSACRE

Desde outubro de 2023, Israel executou uma campanha de massacre contra a população civil de Gaza, números oficiais registraram que mais de 63.600 palestinos foram mortos nos ataques das forças israelenses, mais de 160.000 foram feridos. A destruição que Israel causou em Gaza deixou os quase 2 milhões de pessoas que lá residem, deslocadas, sem moradia. Israel impôs restrições à entrada de ajuda humanitária como alimentos e remédios, centenas de crianças morreram de desnutrição severa. O Tribunal Penal Internacional, em novembro de 2024, emitiu mandados de prisão para o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu e seu ex-ministro da Defesa Yoav Gallant, por terem cometido crimes de guerra e contra a humanidade em Gaza, crimes que — em escárnio à manifestação clara e crescente de repúdio de todo o Planeta — intensificam.

Venezuela condena na ONU provocação dos EUA com força naval no mar do Caribe

Em carta à ONU, o governo Maduro conclama Nações Unidas a condenarem mobilização militar dos Estados Unidos no Caribe e afirma que deslocamento de submarino de ataque rápido com propulsão nuclear ameaça paz na região, integridade territorial e independência do país.

O governo da Venezuela entregou nesta quinta-feira (28) um comunicado oficial à secretária-geral das Nações Unidas denunciando a escalada de ameaças dos Estados Unidos, com movimentação de navios de guerra junto à costa do país, como parte da política de coações, perseguições e agressões à soberania da nação sul-americana.

Conforme o documento, os ataques se intensificaram nos últimos anos por meio de “sanções ilegais, campanhas de difamação, desrespeito às instituições legítimas da Venezuela e processos politicamente motivados”, que “atingiram um nível de ameaça sem precedentes com a mobilização naval dos EUA no Caribe”.

O envio militar de forças navais e aéreas estadunidenses, incluindo contratorpedeiros e um cruzador de mísseis guiados, bem como “a presença, pela primeira vez na América Latina e no Caribe, de um submarino de ataque rápido com propulsão nuclear”, denuncia o governo venezuelano, constitui um enorme disparate que põe em risco a estabilidade hemisférica.

VIOLAÇÃO

De forma contundente, a Venezuela explicita que esta ação “viola abertamente o Tratado de Tlatelolco, instrumento que estabeleceu a desnuclearização da região e que também vincula os Estados Unidos pelos Protocolos I e II daquele tratado”.

No documento, o governo venezuelano lembra ainda que tais operações militares dos EUA constituem “uma flagrante violação da Carta das Nações Unidas”, em particular dos artigos que consagram a igualdade soberana dos Estados, a solução pacífica de controvérsias, a proibição da ameaça ou do uso da força e o princípio da não intervenção em assuntos internos. “Além disso, desconsideram a Proclamação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) de 2014, que declarou a região como Zona de Paz”, sublinha.

Conclamando o governo Trump a cessar suas ações hostis e respeitar a soberania, a integridade territorial e a independência política do país, o governo venezuelano reafirma sua fiel vocação de paz, mas adverte que, conjuntamente com seu povo, “jamais aceitará a imposição da força nem a violação de seus direitos inalienáveis”.

RISCO À PAZ

“A humanidade e esta Organização”, reiterou o presidente Nicolás Maduro, “não podem permitir, em pleno século XXI, o ressurgimento de políticas de força que ponham em risco a paz e a segurança internacionais. A Venezuela reitera seu compromisso com o direito internacional, a resolução pacífica de controvérsias e o respeito à soberania dos povos”.

Nesse sentido, conclui o presidente Maduro, é indispensável que no âmbito das atribuições que lhe são conferidas pela Carta das Nações Unidas, o organismo internacional “assuma a defesa ativa de seus valores e princípios”.



Venezuelanos em defesa da soberania do país. (Gettyimages.ru/Jesus Vargas)

Moscou critica aparato de guerra naval dos EUA no Caribe e apoia Venezuela

O Ministério das Relações Exteriores da Rússia manifestou solidariedade ao governo da Venezuela e condenou a presença de navios de guerra dos Estados Unidos nas proximidades da costa venezuelana. Em declaração divulgada nesta sexta-feira (29), a chancelaria russa rejeitou o que chamou de “intervencionismo” na região do Caribe.

A porta-voz Maria Zakharova expressou apoio ao “legítimo governo venezuelano” e reafirmou o direito do país de “determinar seu próprio caminho político, econômico e social sem pressões externas”. A diplomata destacou que a Venezuela tem direito a desenvolver suas políticas em um “ambiente pacífico”.

Zakharova ressaltou ainda que o chanceler russo, Sergey Lavrov, já havia reafirmado o apoio à soberania venezuelana em conversa telefônica com a vice-presidente Delcy Rodríguez em 22 de agosto. Durante o contato, Lavrov teria reiterado o compromisso russo com a “proteção da soberania nacional e a manutenção da estabilidade institucional do país”.

A declaração russa expressou interesse no “desenvolvimento independente e pacífico” da região. Zakharova condenou o que chamou de “práticas de intervenção externa” e alertou contra métodos associados a “revoluções coloridas”, defendendo que tais ações “devem permanecer no passado”.

O posicionamento de Moscou ocorre em meio à movimentação naval dos EUA na região, que vem sendo monitorada por autoridades venezuelanas. O governo russo finalizou a nota reforçando a importância de manter o continente “livre de conflitos armados”.

Assassino da praça Maidan e do massacre de Odessa foi morto a tiros em Lviv

O ex-chefe da tropa de choque nazista no golpe de 2014 na Praça Maidan, fundador do nazista Partido Nacional-Social e aliado da gangue Azov, depois chefe do Conselho de Segurança Nacional quando do desencadeamento do terror contra o Donbass e Odessa, e ex-presidente do parlamento ucraniano, Andrey Parubiy, foi morto no sábado (30) na região ocidental da Ucrânia, Lviv, em emboscada com oito tiros. O atirador, que se disfarçava de entregador de aplicativo e cobria o rosto com um capacete, fugiu em seguida em uma bicicleta elétrica.

Para o ex-assessor da Procuradoria-Geral da Ucrânia, Andrey Telizhenko, Parubiy era “nazista” e não apenas colaborador do Ocidente. “Infelizmente, eu conhecia Parubiy pessoalmente dos protestos em Kiev. Os disparos contra os manifestantes de Maidan foram seu primeiro ato de violência contra o povo ucraniano”, ele relatou à RT. Depois se tornou uma figura central no desencadeamento da assim chamada “operação antiterrorista” contra a população de fala russa que se levantara contra o golpe de Kiev patrocinado pela CIA, especialmente no massacre de antifascistas em Odessa, queimados vivos no prédio dos Sindicatos sob cerco dos nazistas.

Para a analista política Nadezhda Romanenko, apesar de toda a elite do regime de Kiev certamente culpou ruídosamente Moscou pela eliminação de Parubiy, “em particular, todos sabem a verdade: foi seu próprio pessoal que veio atrás dele”.

O que se explicaria pelo fato de que, na situação atual do regime de Kiev, “a possibilidade de outro

Maidan é muito real”. Parubiy foi – ela acrescentou – um dos poucos homens na Ucrânia que realmente sabia como construir um Maidan. Ele organizou as barricadas em 2014, comandou a “autodefesa” do Maidan e conhecia todos os métodos para levar as pessoas às ruas e mantê-las lá contra o poder estatal. Sua reputação vinha exatamente desse talento.

Mas há outra explicação, muito mais sombria e na qual quase todos acreditam, mesmo que poucos ucranianos o digam em voz alta, destaca Romanenko. “Parubiy carregava muitos segredos – e, na Ucrânia, segredos podem ser fatais. Ele sabia demais sobre os verdadeiros atiradores no Maidan em fevereiro de 2014. Como ‘comandante’, supervisionava as unidades que guardavam a praça e estava posicionado para ver o que outros não conseguiam. Ele sabia o que realmente aconteceu quando os atiradores abriram fogo, quando o banho de sangue ceifou vidas e forçou Yanukovich a fugir. Ele conhecia nomes, estruturas e a cadeia de comando. Esse conhecimento o tornou perigoso.”

“Ele também sabia a verdade sobre Odessa, 2 de maio de 2014 – o dia em que a Casa dos Sindicatos foi incendiada e dezenas de ativistas anti-Maidan morreram. Monitores internacionais chamaram isso de massacre, mas o Estado escondeu a responsabilidade. Parubiy, como chefe do Conselho de Segurança e Defesa Nacional na época, estava no meio de tudo. Ele viu quem deu as ordens, quem se esquivou, quem permitiu que o fogo consumisse o prédio. Os responsáveis nunca foram julgados.

Leia mais no site

China, Rússia e Índia se unem contra prepotência de Washington



Encontro histórico entre Xi Jinping, Putin e Modi (South China Morning Post)

Iêmen faz funeral para premiê e ministros mortos em ataque terrorista de Israel

O ataque de Israel foi perpetrado em reunião governamental em Sanaa, capital do Iêmen, na quinta-feira, 25. As ruas ficaram lotadas com apoiadores de luto pelas mortes de seus líderes assassinados.

A matança de um gabinete ministerial em meio a uma reunião de governo é mais um crime de guerra sem precedentes cometido por Netanyahu.

O Iêmen anunciou ter bombardeado o navio cargueiro israelense Scarlet Ray em resposta ao covarde bombardeio pelo regime de Netanyahu.

Desde outubro de 2023, quando começou a agressão israelense a Gaza, o Iêmen se posicionou do lado dos palestinos e tem lançado drones e foguetes contra território de Israel afirmando que só vai parar quando houver um acordo entre Israel e a Resistência Islâmica Palestina.

Ahmed Ghaleb Nasser Al-Rahwi, primeiro-ministro. Juiz Mujahid Ahmed Abdullah Ali, Ministro da Justiça e Direitos Humanos. Mu'in Hashim Ahmed Al-Mahqari, Ministro da Economia, Indústria e Investimento. Dr. Radwan Ali Ali Al-Rubai'i, Ministro da Agricultura, Pesca e Recursos Hídricos. Jamal Ahmed Ali Amer, Ministro das Relações Exteriores e Expatriados. Dr. Ali Saif Mohammed Hassan, Ministro da Eletricidade, Energia e Água. Dr. Ali Qasim Hussein Al-Yafe'i, Ministro da Cultura e Turismo. Samir Mohammed Ahmed Baja'ala, Ministro de Assuntos Sociais e Trabalho. Hashem Ahmed Abdulrahman Sharaf Al-Din, Ministro da Informação. Dr. Mohammed Ali Ahmed Al-Mawlid, Ministro da Juventude e Esportes. Mohammed Qasim Al-Kibsi, Diretor do Gabinete do Primeiro-Ministro. Zahid Mohammed Al-Amadi, Secretário do Con-

selho de Ministros.

O povo do Iêmen prestou as homenagens para seus líderes mortos. O primeiro-ministro interino, Mohammed Muftah, disse que os ataques terroristas não desestabilizaram o Iêmen, pelo contrário, “fortaleceram nossa determinação de enfrentar a agressão”, disse.

Os israelenses atacaram enquanto eles estavam em reunião, logo depois Israel anunciou que eles assassinaram líderes houthis, mas sem descrever que os mortos eram membros do governo do Iêmen e sem revelar os nomes dos mortos.

O Ministro da Energia israelense, Eli Cohen, comemorou os ataques e disse que o Iêmen está “dentro da linha de fogo de Israel” e disse que os assassinatos são uma parte de uma investida de eliminação sistemática de toda a liderança houthi.

A procissão, liderada por membros do governo interino, e seguido por milhares de iemenitas apoiadores, começou na Praça Al-Sabeen. Com os caixões envoltos com a bandeira nacional do Iêmen, escoltados pela guarda de honra, orações fúnebres foram feitas. Os mortos foram então postos para descansar no santuário do presidente Houthi, Saleh Al-Sammad, morto por um ataque de drone em 2018.

Milhares de iemenitas acompanharam os rituais fúnebres por TV através de todo o país. Unidades de cadetes da Academia Militar, Colégio Aéreo e da Academia Naval e forças militares participaram da homenagem.

“De Sanaa, dizemos ao nosso povo e à nossa nação: estamos orgulhosos

e honrados em oferecer aos nossos homens, nossa economia e nossa posição pela causa da verdade. Estamos contentes, não arrependidos”, disse o primeiro-ministro interino Muftah. Ele também disse que o Iêmen está enfrentando as agressões dos impérios de inteligência mais poderosos do mundo, liderados pelos EUA, Israel e seus aliados do ocidente.

A Federação Geral dos Sindicatos dos Trabalhadores do Iêmen lamentou as mortes do primeiro-ministro e de oficiais de seu governo. Eles chamaram de “traíçoeiro ataque sionista” feito por Israel.

Em comunicado, a Federação condenou os ataques – “crimes da agressão israelense contra o povo iemenita por meio do bombardeio deliberado de civis, instalações civis e de serviço, e os ataques contra o primeiro-ministro e vários de seus colegas ministros”, disseram.

A Federação denunciou os ataques de Israel como “uma grave violação do Direito Internacional Humanitário, que criminaliza ataques a bens civis de qualquer forma”.

No comunicado eles responsabilizam “a entidade sionista, seus apoiadores e financiadores totalmente responsáveis por todos os crimes cometidos contra a população civil no Iêmen e na Faixa de Gaza” e “as Nações Unidas e o Conselho de Segurança da ONU por seu silêncio vergonhoso e fuga de seus deveres”.

A Federação “pediu às organizações humanitárias e de direitos humanos, sindicatos e todas as pessoas livres do mundo que condenem os crimes sionistas e considerem Israel uma entidade terrorista criminosa.”



População iemenita compareceu em massa para se despedir de seus líderes (YPA)

A integração dos dirigentes da Rússia, China e Índia, por uma “nova governança global com base no desenvolvimento”, foi a marca do encontro da Organização de Cooperação de Xangai (OCX)

Na histórica cúpula dos 24 anos da OCX, uma cena sintetizou sua mensagem ao mundo de que uma nova ordem mundial está nascendo. A chegada do premiê indiano Narendra Modi e do presidente russo Vladimir Putin, de mãos dadas, até o presidente chinês Xi Jinping, com os três formando, sorridentes, um círculo e, em outro momento, Modi juntando as mãos com Putin e Xi, numa eloquente contrapartida aos ultimatoss e guerra tarifária do governo Trump.

Como assinalaram Xi e Putin, a OCX é uma locomotiva poderosa “para o multilateralismo genuíno”. Até mesmo a imprensa norte-americana notou o contraste entre “as ameaças e Insultos de Trump” e a civilidade e unidade no triplo encontro. Na cúpula, o presidente Xi apresentou sua “Iniciativa de Governança Global”, chamando a construir um sistema mais justo em oposição “ao hegemonismo e à política de poder”.

Realizada em Tianjin, na China, no domingo (31) e na segunda-feira (1), a cúpula reuniu mais de 20 líderes de países da Maioria Global, entre eles o Irã, e também contou com a presença do secretário-geral da ONU, Antonio Guterres. Fundada em 2001, reunindo as repúblicas ex-soviéticas da Ásia Central, Rússia e China, inicialmente sob preocupações de segurança, foi se tornando paulatinamente um dos principais vetores da integração da Eurásia. O que avançou com a inclusão da Índia e Paquistão e, mais recentemente, Irã, e com a cooperação econômica assumindo o centro o, cada vez maior, uso das próprias moedas no comércio. Atualmente congrega 27 países, com 40% da população mundial.

São membros plenos China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Índia, Paquistão e Irã. Afeganistão, Mongólia e Bielorrússia são observadores. São parceiros de diálogo Turquia, Armênia, Azerbaijão, Camboja, Nepal e Sri Lanka.

Modi não visitava a China há seis anos, e os dois países viveram uma fase conflituosa após incidente com mortos na fronteira do Himalaia, para cujo equacionamento os dois lados têm se esforçado. Fronteira que é um resquício da dominação britânica na

OCX, traçando fronteiras desde um palácio em Londres. Putin não participava pessoalmente de uma cúpula internacional desde 2022, quando a Rússia breiou a expansão da Otan na Ucrânia e a perseguição à população do Donbass. Composto o quadro, os EUA, que há dez anos tentam impor uma cunha entre a Índia e a China, perderam qualquer censo de medida na guerra tarifária, com Trump elevando para 50% a tarifa, mesmo pata-

Dinamarca denuncia operações secretas da Casa Branca para açambarcar a Groenlândia

Qualquer tentativa de interferir nos assuntos internos do reino será, evidentemente, inaceitável”, afirmou o chanceler, que disse estar ciente de que “atores estrangeiros continuam demonstrando ilegal interesse pela Groenlândia”.

Uma reportagem da emissora pública dinamarquesa DR revelando a ação de agentes americanos, ligados ao presidente Trump, para assaltar do país escandinavo a rica ilha no Ártico, fez com que o ministro das Relações Exteriores, Lars Lokke Rasmussen, convocasse o representante dos Estados Unidos, Mark Stroth, a dar explicações sobre a denúncia nesta quarta-feira (27).

“Qualquer tentativa de se intrometer nos assuntos internos do Reino da Dinamarca é inaceitável”, afirmou Rasmussen, frisando que “por essa razão, pedi a convocação do encarregado de negócios americano para uma reunião”.

“Estamos cientes de que atores estrangeiros continuam demonstrando interesse pela Groenlândia”, assinalou. Segundo fontes anônimas do governo da Dinamarca, três cidadãos dos EUA realizaram operações

de influência encoberta na Groenlândia, tendo sido descobertos ao viajar repetidamente ao território para recrutar apoiadores golpismo da “independência” forjada em relação a Copenhague e cultivar contatos políticos e sociais.

Os serviços de inteligência dinamarqueses (PET) confirmaram, em nota à DR, que a Groenlândia tem sido alvo nos últimos anos de campanhas externas para fomentar divisões internas. “O PET acredita que isso pode ocorrer aproveitando acordos existentes ou inventados, por exemplo, em relação a casos conhecidos, ou promovendo e reforçando certos pontos de vista na Groenlândia em relação ao Reino ou aos Estados Unidos e outros países com interesses na Groenlândia”, alertou o órgão.

Em maio, Copenhague já havia protestado quanto a repetidas operações de espionagem na ilha. Na época, o Wall Street Journal informou que o governo Trump havia orientado agências de inteligência para que identificasse figuras locais que pudessem apoiar os planos de Washington para tomar de assalto a Groenlândia.

Após comparar a OCX a uma “poderosa locomotiva” para o desenvolvimento global e o estabelecimento de um sistema multilateral genuíno, Putin destacou que o diálogo dentro da organização contribui para estabelecer as bases de um novo sistema de segurança na Eurásia que substitua os modelos eurocêntricos e euroatlânticos, que ele classificou de “obsoletos”.

Putin também descreveu o ritmo de desenvolvimento da cooperação dentro da OCX como “verdadeiramente impressionante”. “O crescimento médio do produto interno bruto dos países-membros no ano passado foi superior a 5%, e o da produção industrial, de 4,6%. O comércio recíproco também está crescendo de forma constante. Todos esses números superam os indicadores globais”, detalhou.

Na declaração de Tianjin, fiel ao “Espírito de Xangai – confiança mútua, benefício recíproco, igualdade, consulta, respeito à diversidade civilizacional e busca do desenvolvimento – a OCX condenou “medidas coercitivas unilaterais” e sanções econômicas que violam a Carta da ONU e as regras da OMC.

Foi aprovada a criação de um banco de desenvolvimento, seguindo o caminho já apontado pelo Banco dos BRICS.

Leia mais no site do HP

PCC, Faria Lima e independência do BC

A sociedade deve ter mecanismos de controle sobre o BC. Trata-se de um órgão público com atribuições e poderes para fiscalizar e regular o mercado bancário e financeiro, além de ser o responsável pela política monetária e pela política cambial

PAULO KLIASS*

A gravidade, a amplitude e a profundidade das denúncias envolvidas nas recentes ações desenvolvidas por diversos órgãos de controle e policiamento na seara do sistema financeiro causaram enorme surpresa na opinião pública. Durante os primeiros dias, a questão ganhou espaço nos grandes meios de comunicação, mas pouco a pouco, os jornalões, as revistas e as grandes redes de televisão foram se esquivando de dar às operações o destaque merecido. Na verdade, as revelações soaram como novidade apenas para quem não estava muito enfronhado no cotidiano de empresas que operam no circuito da chamada Faria Lima.

Uma das principais razões para esse esfriamento na divulgação das novidades obtidas com as operações reside no fato de que grandes interesses econômicos começaram a ser tragados para o olho do furacão. Aquilo que aparecia inicialmente apenas como denúncias de que o crime organizado estaria atuando por meio de instituições financeiras começa a ganhar corpo e forma de uma coexistência articulada e orgânica entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o mundo do financismo. É amplamente sabido que a acumulação de capital realizada pelos grupos do tráfico é muito volumosa. Também é generalizado o conhecimento de que esse tipo de atividade ilegal e criminosa necessita de mecanismos elaborados e sofisticados na institucionalidade econômica e financeira. Esse é o mecanismo conhecido genericamente como “lavagem de dinheiro”, cujo intuito primordial é conseguir legalizar esse dinheiro todo e conferir ares de normalidade a um processo de acumulação de capital cuja base e origem são criminosas.

ZIEGLER: A SUÍÇA LAVA MAIS BRANCO

A questão em debate atualmente no Brasil nos remete, sem a menor sombra de dúvida, ao escritor e militante de diversas causas progressistas, Jean Ziegler. Ele é um cidadão de nacionalidade suíça e que ocupou, ao longo da vida, diversos cargos de relevo no interior das Nações Unidas. Dentre suas obras mais conhecidas figura “A Suíça lava mais branco”, livro publicado em 1990 e que expõe de forma aberta e cristalina o envolvimento do sistema bancário e financeiro suíço junto ao crime organizado. Graças à estrita observância do segredo e da privacidade dos correntistas e dos valores envolvidos, a banca daquele país conseguiu



manter um elevado poder de atração das fortunas e dos patrimônios espalhados pelos vários continentes do globo.

Apenas em 2018 o Estado suíço decidiu colocar um fim às regras do sigilo bancário e passou a compartilhar as informações com outros países e com as agências internacionais de controle. Assim, tornou-se público aquilo que era sabido por todo mundo na esfera do financismo internacionalizado. O sistema do país da suposta neutralidade abrigava recursos bilionários e trilionários oriundos de práticas de corrupção, de atividades ilegais ligadas às drogas e às armas, do tráfico de pessoas e de pedras preciosas, além dos valores de roubo e contrabando, dentre tantos outros itens que compõem o amplo arco de ação da criminalidade internacional.

Em entrevista publicada em 2015, portanto alguns anos antes do fim do sigilo bancário na Suíça, Ziegler aponta alguns elementos centrais na organização das relações entre o financismo suíço e os recursos originados nas atividades criminosas de todo o tipo:

(...) “Existe uma corrupção institucional na Suíça. Na maioria dos países, o órgão que regula os bancos é uma entidade estatal. Na Suíça, trata-se de uma empresa semi-privada e que é paga pelos bancos. Uma agência que regula bancos bancada pelos bancos.” (...) [GN]

Por outro lado, Ziegler jamais se intimidou em oferecer, de forma aberta e cristalina, as origens de boa parte da dinheirama que chegava à Suíça para ser lavada e legalizada. O pequeno país europeu, de difícil acesso, localizado nos Alpes e distante de qualquer porto marítimo converteu-se desde meados do século XVIII em magneto atrator de fortunas pelo mundo afora. As denúncias apresentadas por Ziegler foram tão graves que ele chegou a ser cassado de seu mandato no parlamento suíço, em razão do incômodo causado junto às elites do financismo de lá.

(...) “A raiz disso é ainda o papel que tivemos na Segunda Guerra e a cumplicidade com o regime de Hitler. Desde então, temos as maiores fortunas do mundo. Hoje, 27% da riqueza global está na Suíça. Mas como



As operações e investigações do momento atual trazem à baila revelações muito graves a respeito das relações incestuosas que foram sendo estabelecidas entre a nata do financismo e a elite do crime organizado. A empresa que se apresenta como a maior gestora independente de fundos foi denunciada como receptadora de recursos do PCC e como operadora de tais volumes em nome da facção do crime

é que podemos estar entre os dez maiores PIBs do mundo em termos per capita e viver num país sem recursos naturais? Aqui, a matéria-prima se chama dinheiro estrangeiro, que vem de fraudadores internacionais, dinheiro do crime ou dinheiro do sangue, que é como eu chamo o dinheiro das ditaduras.” (...) [GN]

As lições a serem extraídas do terrível caso da institucionalidade do sistema financeiro do país helvético, que aceitou por séculos a convivência com os recursos de origem criminosa, ao que tudo indica ainda não aportaram por aqui em nossas praias. Apesar de não termos incorporado na nossa legislação e nas práticas do Poder Judiciário o sigilo absoluto das aplicações bancárias, o fato é que permanece uma fé cega, por parte das nossas elites, nas regras informais da impunidade e do jeitinho brasileiro de ser e de operar no mundo dos negócios. Isso vale para a sonegação aberta e deslavada, assim como vale também para métodos nada ortodoxos ou éticos do planejamento tributário empresarial. Em um caso sempre vem um simulacro de anistia sob a forma do rotineiro e sempre aguardado pro-

grama de refinanciamento das dívidas tributárias (REFIS). No outro caso, sempre vale apostar nas decisões a favor do sonegador, quase sempre obtidas nas instâncias da tecnocracia no Conselho Administrativo de Recursos da Fiscais (CARF)

E INDEPENDÊNCIA DO BC? FARIA LIMA & PCC

As operações e investigações do momento atual trazem à baila revelações muito graves a respeito das relações incestuosas que foram sendo estabelecidas entre a nata do financismo e a elite do crime organizado. A empresa que se apresenta como a maior gestora independente de fundos foi denunciada como receptadora de recursos do PCC e como operadora de tais volumes em nome da facção do crime. Trata-se da Reag Investimentos, que foi imediatamente abandonada pela holding Reag Participações. O grupo controlador optou por colocar à venda a unidade que passou a receber todas as atenções dos grandes meios de comunicação, em razão das suspeitas envolvidas em sua própria gestão.

Além disso, o conglomerado do Banco Genial tam-

bém se viu sob os holofotes das denúncias da assim chamada “Operação Carbono Oculto”. A empresa do ramo bancário e financeiro gozava de certo prestígio no interior da Faria Lima, bem como contava com uma boa imagem para fora do universo do financismo. Ela era uma das financiadoras das pesquisas eleitorais e de opinião pública de marca Genial/Quaest. Por outro lado, para reforçar os perigosos laços apontados por Ziegler, a Genial figura como uma das empresas que respondem de forma sistemática ao questionário da pesquisa Focus, organizada semanalmente pelo Banco Central. Uma loucura!

Ora, se sob as atuais condições do modelo institucional o BC nada fez, o que imaginar caso estivesse em vigor a independência plena do banco, tal como previsto na PEC 65? O órgão, atualmente presidido por Gabriel Galípolo, tem sido sistematicamente conivente há muito tempo com esse tipo de prática e não tomou as medidas necessárias para impedir a convivência tóxica e criminosa entre o espaço que ele mesmo deveria fiscalizar e o mundo do crime organizado. Se estivéssemos sob a égide jurídica da independência quase total, tal como proposto pela

final flor do financismo, aí sim é que as consequências teriam sido ainda mais graves. Em busca da rentabilidade segura e elevada, os gestores dos fundos financeiros não respeitam limites éticos nem legais. Esta é a razão para a exigência democrática e republicana de uma fiscalização rigorosa, de uma legislação sólida e da condenação dos envolvidos nas atividades ilícitas e criminosas.

A sociedade deve ter mecanismos de controle sobre o BC. Trata-se de um órgão público com atribuições e poderes para fiscalizar e regular o mercado bancário e financeiro, além de ser o responsável pela política monetária e pela política cambial. Por isto é que o governo legitimamente eleito pelo voto soberano e popular deve ter o poder de definir sua composição e as políticas ali definidas. Um BC independente significaria conferir ainda mais espaço para ilegalidades e práticas criminosas como revelado por este escândalo das relações entre o PCC e a Faria Lima.

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal